



**MUNICÍPIO DE AVEIRO**  
**Assembleia Municipal**

**ACTA N.º 87**

**Sessão Extraordinária de Junho**

2.ª Reunião de 01-07-2009

No dia um do mês de Julho dois mil e nove, reuniu a Assembleia Municipal de Aveiro, no edifício sede, sito na Avenida Lourenço Peixinho, presidida pelo Primeiro Secretário Celso Augusto Baptista dos Santos, na qualidade de Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, secretariado pelo Segundo Secretário Manuel José Prior Pedreira Neves, na qualidade de Primeiro Secretário e pelo Vogal Sérgio Pires Loureiro, na qualidade de Segundo Secretário, e com a presença dos seguintes Vogais: Pedro Emanuel Pinho Melo Abreu, Paulo Jorge Lopes Anes, Alexandre Jorge Ribeiro Caleiro, João Carlos Martins Valente, Fernando José Florentino Marques, Miguel Almeida Dias, Armando Manuel Dinis Vieira, Victor Manuel da Silva Martins, Silvestre Paiva da Silva, Fernando Tavares Marques, Júlio Vasconcelos Oliveira, Raúl Ventura Martins, Pedro Machado Pires da Rosa, Ana Maria Pinho Seíça Neves Ferreira, João António Fernandes Pedroso, Orlando Eduardo Silva Terra Sêca, Ana Carla Guerra de Miranda Macedo, Rui Alexandre Guerra de Miranda Macedo, António Bastos Marques Rodrigues, João Alberto Simões Barbosa, Júlio Campos Soares, Carlos Mário de Magalhães Anileiro, Telmo Vieira Martins, Nelson Ricardo Esteves Peralta e António Manuel de Pinho Regala.

Pelas 20:30 horas, a Presidente da Mesa declarou aberta a reunião.

No momento da chamada verificou-se a ausência dos seguintes Vogais:

Miguel Alexandre de Oliveira Soares e Fernandes, António Manuel Carvalho Serra Granjeia, e Diogo Manuel Santos Soares Machado.

Por parte da Câmara Municipal estavam presentes, o Presidente da Câmara, Élio Manuel Delgado da Maia, e os Vereadores, Carlos Manuel da Silva Santos, Luís Miguel Capão Filipe, Pedro Nuno Tavares de Matos Ferreira, Nuno Manuel Marques Pereira, (chegou às 20:45 horas) Marília Fernanda Correia Martins e António Rocha Andrade (chegou às 23:00 horas).

Seguidamente, nos termos do artigo 78.º da Lei n.º 169/99 de 18 de Setembro, na redacção dada pela Lei n.º 5-A/2002 de 11 de Janeiro, a Presidente da Mesa eu conhecimento ao plenário da substituição nesta reunião dos vogais, Regina Maria Pinto da Fonseca Ramos Bastos, João Evangelista Rocha de Almeida, Álea Gilda Salgueiro Morgado Teixeira, Joaquim Manuel Silva Marques, José da Cruz Costa, pelos sucedâneos na lista de candidatura, Sérgio Filipe Pires Loureiro, Pedro Emanuel Pinho Melo Abreu, Miguel Almeida Dias, Marco António Costa Gonçalves, e Ricardo Miguel Damas da Cunha Tavares, respectivamente.

Os sucedâneos na lista de candidatura, Vasco Manuel Dias Lopes, José Carlos Carvalho Pedroso, Emília Alexandra Gaspar Lima da Silva, Vera Maria da Cruz Vieira, Lucinda de Sousa Brandão Pereira, Sérgio Manuel Santos Ordens Vieira, e Paula Cristina Dias Urbano Antunes, apresentaram escusa.

Também, e nos termos da legislação em vigor, o Presidente da Mesa informou que o Presidentes de Junta de Freguesia, António Mário da Fonseca Neto, José António Tavares Vieira e Maria Roma Alves Macedo Fragateiro da Cunha se fizeram substituir nesta reunião

por Silvestre Paiva da Silva, Júlio Vasconcelos Oliveira, e Júlio Campos Soares, respectivamente.

Foram efectuados os reconhecimentos de poderes.

De seguida o Presidente da Mesa em Exercício<sup>02</sup>, informou o plenário que em virtude de se encontrarem munícipes que pretendiam usar da palavra nesta sessão, lhes iria dar a palavra de imediato, não se verificando oposição.

## PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

Usaram da palavra os seguintes munícipes:

*António Salavessa*<sup>03</sup>, *João Claro*<sup>05</sup> e *Jorge Fael*<sup>07</sup> para expor assuntos relacionados com a Parceria Pública entre o Estado Português e o conjunto dos Municípios de Águeda, Albergaria-a-Velha, Aveiro, Estarreja, Ílhavo, Murtosa, Oliveira do Bairro, Ovar, Vagos e Sever do Vouga, e da apresentação de uma petição dos munícipes.

Presidente da Mesa em Exercício <sup>08</sup>

(Entretanto entraram na sala os Vogais Sesnando Alves dos Reis, Casimiro Simões Calafate, Manuel António Coimbra Rodrigues da Silva, Ricardo Miguel Damas da Cunha Oliveira, e António Ildebrando Nunes Costeira)

Inscreveram-se para intervir e usaram da palavra neste ponto os seguintes vogais:

(As intervenções seguintes, tem como suporte o registo áudio)

### Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara: <sup>09</sup>

*“Permitam-me hoje excepcionalmente ter uma palavra de saudação para o público aqui presente.*

*Estamos num processo que é inovador no nosso país; estamos num processo que a concretizar-se transporta consigo naturais mudanças; e é assim previsível, salutar, que as pessoas queiram saber aquilo que se passa, quer como munícipes, quer como funcionários, de forma também a conhecerem o futuro do nosso concelho.*

*Deixar claro no início uma ideia que nos parece aqui central e que gostaríamos que não ficasse a mais leve dúvida sobre ela é que, neste processo, não está em causa nenhuma venda — não se vende nada! Se alguém escreveu ou escrever, disser ou tiver dito, que o município está a vender os Serviços Municipalizados não corresponde à verdade.*

*Não está em causa também nenhuma alienação dos Serviços Municipalizados, assim como não está em causa nenhuma privatização dos Serviços Municipalizados de Aveiro. Deixar muito claro isto para que não haja a mais leve dúvida.*

*O que se passa neste processo é o seguinte: entre alguns municípios da região de Aveiro e o Estado, é feita uma parceria com tempo determinado, perante o qual, as partes, os municípios e o Estado, assumem em conjunto a gestão das redes de saneamento e de águas dessas zonas, e essa entidade que fica durante esse tempo a fazer a gestão, responsabiliza-se pela concretização de todos os investimentos necessários, nomeadamente para a renovação da rede. E ao fim dos 50 anos, que é o prazo que está acordado entre as partes, toda a rede de*

*água e saneamento reverte para os respectivos municípios. É isto que está aqui em causa e é este ponto que hoje estamos a apreciar.*

*Importa de seguida avaliar aquelas, que na nossa perspectiva, são as consequências que poderão advir deste processo quer para os municípios, quer para o município, quer para os trabalhadores.*

*E dizer-vos o seguinte em relação aos municípios, aos nossos cidadãos. Que consequências se este processo for aprovado é que resultarão para os aveirenses nos próximos 50 anos? Uma das consequências é a existência daquilo que se chama uma “convergência de tarifas”.*

*Neste momento, como sabem, na região de Aveiro cada aveirense paga estas tarifas de água e saneamento em função do concelho onde reside; daí que há aveirenses que paguem mais do que pagam outros; e naturalmente aveirenses que pagam menos do que pagam outros — não nos parece justo.*

*Este processo começa por garantir que em 2014 todos os aveirenses, todos os municípios residentes nos municípios que venham a aderir a esta parceria pagarão todos o mesmo valor da tarifa das águas e do saneamento.*

*A segunda consequência que este processo trará, se for aprovado, para os nossos municípios, tem a ver com o valor que irão pagar dessa tarifa; e esse valor está já definido.*

*As partes acordaram, se o processo for para a frente, que em 2014, o valor da tarifa a pagar por todos os municípios, de todos os municípios que venham a aderir, a tarifa a pagar será de 2,86. Por tanto todos os aveirenses ficam a saber, se este processo for para a frente, que em 2014 todos irão pagar 2,86 das tarifas de água e de saneamento.*

*O que significa agora no caso particular de Aveiro.*

*Sendo a tarifa média neste momento de 2,65 significa que os aveirenses do concelho de Aveiro irão ter um aumento na tarifa da água, em 5 anos, de 21 cêntimos, o que significa um aumento anual de 0,04% por ano em Aveiro.*

*Outro aspecto positivo tem a ver com a regulação do tarifário. Este processo ao envolver um conjunto de municípios e o Estado, tendo depois também o controle do IRAR, este processo vai impedir que possam surgir da parte de quem vem para a Câmara, de quem for eleito para gerir a Câmara, que possa impedir aumentos brutais da água. Porquê? Estes valores estão perfeitamente definidos e sabe-se que em 2014 tem que ter aquela tarifa e a partir daí tem os aumentos resultantes da inflação.*

*Portanto, por muitos investimentos que quem daqui a 8 anos, 12 anos, 20 anos possa vir a fazer em Aveiro, por mais estádios que se possam vir a construir, há uma certeza absoluta: a tarifa é esta, não pode ser alterada e não se pode imputar à água e ao saneamento, mais aumento nenhum, nem ir buscar aí dinheiro, para outras coisas que a Câmara possa fazer.*

*Outra vantagem que para nós resulta, na nossa perspectiva, para os municípios, é a seguinte: este processo ao concretizar-se garante que nos próximos 50 anos, daqui a 50 anos, no ano 2059, a água em Aveiro seja pública. Este processo impede a privatização da água. Como sabem a água, creio que já aqui foi dito, vale muito dinheiro; há muitos interesses a circular em volta da água; há propostas tentadoras de privados para ficarem com a água e este processo ao unir estes município ao Estado, ao assumir no âmbito desta parceria que daqui a 50 anos tudo volta para o município, exactamente tudo o que for construído, garante e preserva aquele que vem defendido por muitos e por mim também, como um bem público, um bem de todos que é a água.*

*Portanto, há estes ganhos para os cidadãos, que na nossa perspectiva poderão beneficiar destas vantagens em relação a este processo, nomeadamente também, no que nos se afigura à qualidade de serviços dos serviços prestados. É ainda possível com os ganhos de escala que se conquistarão é ainda possível prestar ainda um melhor serviço.*

*Para o município que vantagens ou desvantagens é que este processo poderá ter? Quando aqui é dito e bem, que o município de Aveiro tem já uma rede, uma percentagem de cobertura de rede próxima dos 100% - e bem, isso representou um esforço hercúleo da parte de quem esteve a gerir o município, e bem. Tudo isso é verdade, mas há uma coisa que tem sido aqui omitida: é que a rede que está instalada de água e saneamento não é eterna; esta rede não permanece acto eterno. Esta rede, na qual já gastamos todos muito de dinheiro, esta rede tem em termos técnicos uma média de vida entre os 30 e 40 anos; e ao fim de 30, 40 anos começam as fugas de água, começam problemas a existir e é preciso substituir toda a rede. Portanto se é verdade que já investimos muito, isso também significa que nos próximos 50 anos vamos ter que investir ainda muito. Vamos ter que, no fundo, construir toda uma nova rede em termos de água, toda uma nova rede em termos de saneamento para renovar toda a rede que está existente; e isso custa dinheiro. Todos sabem as dificuldades que o município tem neste momento e não sei se o município tem forma de acudir a esse investimento que nunca será inferior pelos estudos feitos, nunca será inferior, esse custo, que iremos ser obrigados a fazer e que alguém tem que pagar, esse custo nunca será inferior a 52 milhões e meio de euros.*

*Portanto, este processo também nos dá esta segurança e esta tranquilidade, de que a rede tenha que ser renovada sem que tenha que ser o município a suportar esses custos.*

*Outras vantagens naturais para o município: a facturação dos resíduos sólidos passa a ser feita sem custos para o município; há ganhos de escala; há também a obtenção para a nossa região e nós não vivemos isolados, nós defendemos a perspectiva intermunicipalista desta gestão, há também a certeza que todos os municípios da região de Aveiro em 2020 - está já definido, tenham também coberturas de rede de saneamento a aproximar-se dos 100%. E penso que nós ficamos felizes com a felicidade dos outros, e se todos em Aveiro, se todos na nossa região puderem ter essa cobertura penso que ficamos felizes.*

*Outra vantagem para o município é que a sede da sociedade fica instalada no nosso concelho. É aqui no nosso concelho que ficará o conselho de administração, é aqui que ficará o grosso do pessoal, ficam os serviços e é aqui que será paga a derrama da empresa ao município.*

*A outra vantagem também, que é o município ser ressarcido por esses custos que fez ao longo de muito anos. Há diferentes formas de fazer essas contas e eu aqui apelo ou remeto para aquilo que o Eng.º Vitor aqui falou na segunda-feira; quando Eng.º Vitor punha a questão a este nível assim: na nossa perspectiva o negócio tem que ser justo. E para ser justo tem que valer 150 milhões de euros. E se valer 150 milhões de euros e é um negócio que nos parece justo e que nos permite daqui concluir que é um negócio com o qual já poderá concordar se atingirmos esse patamar e esses valores.*

*Nessa altura, quando fez as contas, da forma que as fez, fui aqui alertado quer pelo Dr. Pedro Ferreira e quer pelo Dr. Caetano Alves, que fazendo as contas como o Eng.º Vitor as fez este processo dá mais dinheiro - na nossa perspectiva. Mas as contas feitas de outra forma dará menos. Fazendo as contas como o Eng.º Vitor aqui fez, este processo dá 180 milhões e 600 mil. Eu não estou a dizer que sou eu que digo que vale 180; fazendo as contas desta forma dá 180 milhões e 600 mil. Mais os 52,5 milhões de investimento, estamos aqui a falar de números muito acima desse patamar intermédio que o Eng.º Vitor aqui estabeleceu.*

*Em terceiro lugar os trabalhadores.*

*É perfeitamente compreensível a angústia - penso que esta palavra corresponde à verdade, à angústia, as preocupações talvez que os trabalhadores têm neste processo. Como disse inicialmente há aqui uma mudança e uma mudança traz sempre coisas novas e poderá trazer coisas menos boas naturalmente.*

*Portanto, compreendemos perfeitamente que a posição, as dificuldades, que os trabalhadores colocam neste processo.*

*Mas dizer-vos isto: neste processo, como é evidente, todos os municípios vão cumprir a lei sem nenhuma hesitação, sem nenhum problema.*

*Nenhum trabalhador será transferido ou passará para a empresa sem o seu prévio consentimento, sem a sua prévia autorização. Neste processo que tem decorrido ao longo do tempo, há-de surgir o momento em que a cada trabalhador vai ser feita uma proposta.*

*E é cada trabalhador em função da proposta que lhe for apresentada, que lhe for formulada, é cada trabalhador que vai decidir se quer continuar, se quer continuar na empresa; sendo que em qualquer das circunstâncias fica sempre com o vínculo legal e jurídico ao município de Aveiro.*

*Poderá passar, se naturalmente der esse consentimento, pelo prazo que aceitar passar, e portanto a decisão final neste processo, por muito que nós possamos decidir aqui com o executivo ou na AdP ou na CIRA, na Assembleia, a decisão final é tomada por cada um dos funcionários dos Serviços; são eles que decidem se querem passar, se querem continuar.*

*Aliás, com as preocupações que as associações sindicais têm tido neste processo, também tivemos aqui conhecimento de informação (de uma delas) em que dá garantias nesse sentido, na sequência de uma entrevista que terão tido num encontro com o presidente do grupo AdP, e que transmite essas certezas, que não há motivo para preocupações.*

*Dizer-vos também que isto representa para os trabalhadores uma nova oportunidade. Neste momento os trabalhadores estão ao serviço dos Serviços Municipalizados têm os seus direitos, têm as suas regalias e a situação como sabem do município não é favorável para que nós possamos criar condições mais favoráveis para os trabalhadores.*

*Este processo, na nossa perspectiva, é uma oportunidade que se cria, isto é, o trabalhador tem garantia do seu posto de trabalho, tem garantia do vínculo ao município, mas vai-lhe ser proposto, vai surgir uma nova proposta que diz assim: propomos-lhe isto, aceita ou não aceita? Quer ir ou não quer ir? E cada um decidirá.*

*Esta é uma nova oportunidade, eu acredito que o município não tem forma de reconhecer o vosso trabalho, mas também acredito que uma entidade com o potencial da AdP terá forma de o fazer. Mas isso terá que cada um de vocês decidir no momento em que isso for proposto.*

*Queria também dizer-vos que me parece importante neste momento, vermos aquilo que o Presidente da AdP assume publicamente, e são naturalmente sérias, questionado sobre os trabalhadores, a resposta foi assim (e vem hoje na imprensa): “ o trabalhador não pode ficar prejudicado pela sua cedência, não perde o vínculo à autarquia de origem, nem as regalias a que tenha direito, e tem de declarar o seu acordo assinando o contrato de cedência com a autarquia e com a sociedade, podendo por termo à cedência a todo o momento, se se sentir prejudicado com a nova situação, podendo regressar à autarquia. Além disso, as condições de trabalho e remuneratórias serão mais interessantes do que aquelas que têm hoje; a nossa tabela remuneratória é mais elevada.” Isto foi dito pelo Presidente da AdP.*

*Por último dizer-vos o seguinte: este processo decorre há três anos. Há cerca de três anos que anda a ser preparado e embora só há dois meses tenha saído legislação que tenha enquadrado legalmente isto, só em Abril é que saiu o Decreto 90/2009, que permite e dá cobertura legal a isto; este processo decorre há três anos com os municípios e tem havido fases de estudo, fases de negociações e fases de discussões e estamos agora em fases de decisões.*

*Inicialmente, o primeiro trabalho foi um estudo que foi encomendado a uma empresa insuspeita no nosso país, para fazer o levantamento de toda a rede de água e saneamento existente em todos os concelhos que poderiam integrar esta parceria; não só toda a rede existente, mas também toda a rede em falta em cada concelho, para se avaliar os custos, os tais custos que cada município já teve no passado ao construir a rede, avaliar os custos da expansão da rede que estará em falta e também esse estudo contemplou a renovação da rede que era necessária. Esse estudo foi feito, foi o primeiro momento que decorreu com a*

*DELOITTE que fez o estudo com todo o rigor, com toda a profundidade, e que o apresentou, de forma a quê? De forma a que ao fazer as contas finais, tudo isto tenha sido devidamente contemplado. Quando nós dizemos que Aveiro tem mais e portanto fica prejudicado em relação aos outros, não é verdade.*

*Tudo isso está quantificado nesse estudo que a DELOITTE fez e que nos apresentou.*

*Houve de seguida o momento de negociação com a AdP. É evidente, não era de esperar que a negociação fosse feita através da comunicação social. Decorreu, houve entendimentos e houve proximidades. Depois houve os executivos dos municípios a pronunciar-se sobre este assunto e já se pronunciaram. Decorre neste momento, algumas já estão realizadas, as Assembleias Municipais de cada município para serem chamadas a pronunciarem-se e a tomarem uma decisão. De seguida irá ser o Governo que irá ser chamado e que irá aprovar ou não esta parceria que aqui está proposta; ela ainda está condicionada à aprovação por parte do Governo.*

*Por último, será então o momento em que serão feitas as propostas, funcionário a funcionário, das condições que as Águas da Região de Aveiro irão propor para se saber os que estão interessados em passar ou não para as Águas da Região de Aveiro.*

*Tentar agora dar uma informação em relação aos cidadãos que participaram.*

*António Salavessa, destacar a forma habitualmente elevada que acontece mais uma vez quanto à petição e ao conteúdo da petição. Das coisas que eu li, que andaram em torno deste processo, é naturalmente, como tem sido habitual, de uma isenção e de um rigor, e quero-lhe dar os parabéns por isso, porque o que lá está, é verdade, é uma opinião diferente da nossa, mas não entra naquele caminho da demagogia. Dar-lhe os parabéns, aliás, também nos habituou assim o António Regala, também nos tem habituado aqui na Assembleia, é uma pessoa sempre correcta nessa vossa forma de estar.*

*Quanto à proposta de adiar este processo para depois das eleições que o António Salavessa aqui nos sugeriu; como sabem já vos disse que decorrem há três anos este processo, há dez ou onze entidades envolvidas, há naturalmente compromissos que ao longo dos tempos vão sendo tomados; não há imputação de custos aos aveirenses em termos de futuro, penso que ficou claro isso naquilo que vos disse há pouco; não há imputação, antes pelo contrário, de custos aos aveirenses para o futuro. Há garantia neste processo de não haver nem a alienação nem a venda, nem a privatização neste processo. Não haverá aumentos de água abruptos por parte de quem estiver na Câmara e que tem que respeitar esta tabela; não há nada na nossa perspectiva, que hipoteque o futuro; nada que onere as gerações futuras neste processo.*

*E gostaríamos de ter o processo pronto, porquê? Porque creio que de 1 de Julho a 15 de Setembro no âmbito do POVT do Eixo II, vão ser abertas candidaturas para esta área. Está lá dinheiro dos Fundos Comunitários para podermos aproveitar para investir nessa expansão, e nessa renovação da rede. A renovação da rede tem que ser feita, porque a não renovação tem custos enormes, porque há fugas de água, há desperdícios e é dinheiro que se perde; há lá dinheiro e até 15 de Setembro estarão abertas as candidaturas para aproveitar o dinheiro, há lá 500 milhões de euros para podermos aproveitar.*

*Agora, se neste momento, conforme vos disse inicialmente, este é um processo pioneiro no país; se nós tivermos o processo pronto, em termos finais, para apresentar a candidatura até 15 de Setembro, tenho a certeza que poderemos aproveitar para Aveiro a nossa região todo o dinheiro que for necessário para fazer o investimento. Se não o aproveitarmos nesta altura, temos de esperar um ou mais, o que vai fazer que outros municípios do país estabeleçam as mesmas parcerias e vamos todos em conjunto depois e então aí o dinheiro terá que ser repartido por todos. Desta forma não nos parece, Dr. António Salavessa, que se justificasse protelar mais tempo este processo.*

*João Claro, em relação à questão, se é verdade que a AdP irá entregar dinheiro à autarquia? Vai entregar dinheiro durante 50 anos. O que está previsto é que durante 50 anos, houve aqui a preocupação de fazer a distribuição máxima possível por esses 50 anos, para que todos os executivos que passem por aqui venham também a ter esse ressarcimento desse investimento do passado, e que possam todos vir a receber também alguma parte daquilo que vai ser a verba a receber pela Câmara.*

*A última nota, sobre o serviço público, interesse público; no contrato de parceria está lá claro o objectivo central desta parceria, é a melhor prossecução do interesse público. Este é o objectivo central deste processo.*

*Ainda uma nota para o Dr. António Salavessa, que me passou, na questão da lei; o Decreto que regula este processo, o Decreto 90/2009 de 19 de Abril, regula e estabelece todas as exigências e os procedimentos que temos que cumprir. E temos a certeza absoluta que até este momento os temos cumprido integralmente; por isso estamos de acordo com a lei.*

*Em conclusão, vamos ter um serviço melhor, é nossa perspectiva. É que defendemos um serviço que comparativamente será mais barato do que se continuássemos sozinhos; vamos imputar a outrem o investimento de 52,5 milhões de euros para a renovação da rede, vamos respeitar integralmente todos os direitos dos trabalhadores e vamos ter essa perspectiva de uma região de Aveiro mais solidária e mais justa. Mais solidária porque vamos todos pagar a mesma coisa e mais justa, porque o tarifário não só vai ser igual para todos, como vai apenas subir em função da inflação.”*

(Entretanto deram entrada na sala os Vogais Luís Claro de Jesus, Manuel Vieira dos Santos e Mário Manuel Borges Pereira Pinto)

#### Membros da Assembleia

Presidente da Mesa em Exercício <sup>010</sup>

Vogal António Regala (PCP) <sup>011</sup>

Presidente da Mesa em Exercício <sup>012</sup>

Vogal António Regala (PCP) <sup>013</sup>

Vogal Raúl Martins (PS) <sup>014</sup>

Presidente da Mesa em Exercício <sup>015</sup>

*“Deu entrada na Mesa, e a Mesa aceita, um requerimento subscrito pelo Grupo Municipal do PCP, que é do seguinte teor:*

**«Requerimento** – Nos termos do regimento requero que a proposta de Contrato de Parceria entre o Estado e os Municípios da Região de Aveiro, seja devolvida à Câmara porque o seu conteúdo não corresponde à realidade dos factos dado que como é do conhecimento público, a Câmara Municipal de Ovar já a rejeitou.»

**De seguida, nos termos regimentais, o Presidente da Mesa em Exercício colocou à votação o requerimento apresentado, sendo o mesmo rejeitado com vinte votos contra (17PSD+3CDS) e dezasseis votos a favor (14PS+1BE+1PCP).**

Não se verificando intervenções, o Presidente da Mesa em Exercício deu continuidade à ordem do dia.

**PONTO 2. – PARCERIA PÚBLICA ENTRE O ESTADO PORTUGUÊS E O CONJUNTO DOS MUNICÍPIOS DE ÁGUEDA, ALBERGARIA-A-VELHA, AVEIRO, ESTARREJA, ÍLHAVO, MURTOSA, OLIVEIRA DO BAIRRO, OVAR, VAGOS E SEVER DO VOUGA.**

(A [deliberação](#) tomada pela Câmara Municipal, em reunião ordinária de 15/06/2009, sobre o assunto em epígrafe, foi distribuída a todos os membros desta Assembleia e faz parte do original desta acta, em anexo).

(As intervenções seguintes, tem como suporte o registo áudio)

Membros da Assembleia

Presidente da Mesa em Exercício <sup>016</sup>

Vogal Raúl Martins (PS) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta: <sup>017</sup>

*“Muito já foi dito sobre esta matéria, desta concessão e eu não vou repetir o que foi dito vou apenas focar-me em três ou quatro pontos que considero fundamentais.*

*E vou começar pelos trabalhadores.*

*Foi aqui dito que os funcionários podem optar por se manter na Câmara! Obviamente, toda a gente sabe que não vai haver lugar para todos. Vai haver lugar só para alguns, ainda não se sabe exactamente quantos, mas talvez um em cada três trabalhadores tenha que ficar na Câmara. E esse trabalhador fica na Câmara a fazer o quê? Fica certamente apto a integrar imediatamente o quadro dos disponíveis — e é aí que está o busílis da questão.*

*As Águas de Portugal até podem acenar com ouro para alguns trabalhadores, só que é que os trabalhadores há muito que conhecem os princípios da solidariedade e ninguém querará ganhar mais dinheiro sabendo que o seu camarada, o seu colega de trabalho, vai ficar num quadro de disponíveis, sem saber exactamente onde é que vai para e o que é que vai fazer.*

*E essa é a primeira questão, e peguemos as questões de frente não fuçamos das questões.*

*Outro problema que o Senhor Presidente aqui nos trouxe é o dinheiro: “o dinheiro”; “Nós não temos dinheiro”; “as Águas de Portugal e que sabem ir ao dinheiro”. É preciso que aqui também se acabe com a demagogia.*

*O Plano Operacional Temático de Valorização do Território, normalmente conhecido por POVT, tem um Eixo II, que é especificamente, é um regulamento específico para a rede estruturante de abastecimento de água e saneamento. E quem quiser ver no artigo 8.º, vê imediatamente qual é o primeiro dos beneficiários. Beneficiários: são considerados potenciais beneficiários deste EixoII, qualquer entidade gestora dos serviços público referidos, nomeadamente: a) municípios. Ora não será necessário a bengala de ninguém para o município de Aveiro, que sempre o fez, ir agora buscar dinheiro a este quadro comunitário de apoio.*

*Quanto é que o quadro... vamos ver a dimensão disto: este quadro comunitário tem para este Eixo II, previstos 800 milhões de euros! (obviamente para todo o país). E se vocês viram uma entrevista que hoje o presidente das Águas de Portugal, com a vontade de influenciar esta Assembleia e o voto dos deputados do Partido Socialista, diz exactamente que deste quadro comunitário de apoio, ou seja, até 2013, diz aqui: “vai-se candidatar a um subsídio de 52 milhões de euros”. Ou seja, mesmo que houvesse dezasseis associações de municípios como a CIRA, ainda sobrava dinheiro, portanto não se afliesam que há dinheiro.*

*O outro argumento que é utilizado é a ‘pressa’! Tem de ser agora!? O Sr. Presidente até enganou ai a assistência porque disse que ia estar aberto um concurso do dia 1 deste mês até 15 de Setembro; não é Sr. Presidente. Está prevista a abertura do concurso, do dia 1 deste mês*



*até ao dia 30 de Setembro; temos de ser precisos é até 30 de Setembro — e está previsto, que ainda não está aberto. E não está aberto, porque não há candidaturas, porque em termos de Plano Operacional do QREN, normalmente é um pouco a pedido do freguês; tanto mais que já foi aberto um aviso no ano passado em Abril - foi aberto o primeiro aviso, e sabem de quanto era o aviso? 803 mil euros... estamos a falar de 800 milhões! Foi aberto em 1 de Abril de 2008 e rectificado em 27 de Junho de 2008. Sabem o que é que aconteceu (?), qual foi a decisão deste concurso, neste momento, nenhuma. Onde é que está a pressa? Calma!*

*Este processo caros colegas de bancada, não é um processo inovador, é um processo aterrador.*

*É um processo aterrador para os funcionários e também é um processo aterrador para os municípios, porque toda a gente diz: vamos agora acertar, uniformizar, o preço da água e dos esgotos. Muito bem! Mas quando se fala em uniformizar é todos pagarem a mesma coisa; não se calculou a média, uniformiza-se por cima, passam todos a pagar o máximo porque as contas do actual foram feitas com base nos municípios que pagam mais. E quais são os municípios onde se paga mais? Um deles é Aveiro, e compreende-se porquê. Porque Aveiro tem os seus investimentos feitos, e nós estivemos a pagar não só no preço da água, como também obviamente, nos pagamentos das amortizações dos investimentos feitos, que são feitos com os nossos impostos, e nós deixamos de ter outras coisas para ter água e esgotos em todo o município. E agora pagámos o nosso e vamos pagar o dos outros, é bom que se entenda isso.*

*O Sr. Presidente diz também: “em 2014 fiquem descansados, porque não há nem mais um tostão a pagar, do que 2,86”.*

*Eu já ouvi esta história quando foi da SIMRIA. Na SIMRIA também ficou tudo certinho, só que é que a SIMRIA já fez quatro aumentos não previstos; porquê? Porque é maioritária, têm 51%. Delibera um aumento e propõe esse aumento à entidade reguladora e depois não são os municípios que são consórcios na empresa que têm de ir à entidade reguladora contestar um aumento tão grande. É assim que as coisas funcionam; porque quem tem 51%, tem a maioria e manda.*

*A concessão por 50 anos e o valor da concessão. De facto tem-se falado aqui muito do valor do património. Numa concessão normalmente o valor do património não entra. Entra o valor do negócio. Mas vocês vejam (analistem assim): o negócio em Aveiro das águas dá cerca de 2 milhões de euros de lucro por ano. Nos próximos cinco anos dá 10 milhões.*

*O investimento que está previsto pela AdP fazer em todos os municípios da CIRA são 100 milhões nos próximos 5 anos, porque eles não podem, contrariamente ao que o Sr. Presidente diz, ninguém pode prometer que depois de 2013 vai continuar a haver investimento. Porque ninguém pode prever que há novo Quadro Comunitário de Apoio, nem em que quantidade vai ser. O que sabemos é que há 800 milhões até 2013, mas a partir daí a gente não sabe, ninguém sabe, não podem saber, ninguém adivinha, ninguém é bruxo.*

*Será que vai haver um novo QREN? Quanto é que vai participar? Esse QREN vai ter dinheiro para água e para esgotos? Não sabemos. Então como é que se pode garantir... bem, vamos no outro raciocínio: 100 milhões de euros para todos os 10 municípios; em média (não podemos fazer assim, mas em média), calharia 10 milhões de euros a cada município; está claro que a Aveiro não vai calhar tanto investimento porque Aveiro tem o seu processo mais avançado que os outros. Nós já estamos para recuperar a rede e os outros ainda nem a rede têm debaixo do chão; esse é que é o problema! A nós certamente não vai haver um investimento equitativo de 10 milhões de euros nestes 5 anos. Mas 10 milhões de euros em 5 anos dão a água e os esgotos de lucro — 2 milhões vezes 5 anos são 10 milhões. Então para que é que nós precisamos disto?*

*Pomos os funcionários para a Câmara, pagamos tarifas superiores daquilo que íamos pagar, porque neste momento os preços estão estabilizados e portanto, só a inflação é que conta nisso.*

*Nós podíamos nos fazer valer, se fossemos suficientemente espertos em termos de negócio, e quando digo nós, digo executivo - podíamos nos valer dizendo assim: isto não arranca sem Aveiro. Porque Aveiro é que vai pagar a factura. Se não arranca sem Aveiro a factura tem de ser 'esta': nós temos um negócio de 50 anos a 2 milhões, são 100 milhões de euros. Este é o negócio que nós vamos alienar para a AdP. Penso que é o pior erro que Aveiro pode fazer, e podem contar sempre, nestes termos, com o nosso voto negativo e profundamente contra.”*

Vogal Florentino Marques (PPD/PSD) <sup>018</sup>

Vogal Raúl Martins (PS) <sup>019</sup>

Vogal Orlando Terra Sêca (PS) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta: <sup>020</sup>

*“Antes de começar a minha intervenção e para desanuviar o ambiente, há bocado o Senhor Presidente da Câmara parecia-me o Vítor Constâncio, que também confiava cegamente no Dr. Oliveira e Costa, O Presidente da República confiava cegamente em Dias Loureiro. Joe Berardo é que não confia minimamente em Jardim Gonçalves. Portanto Senhor Presidente isso de confiar nos outros é sempre muito relativa.*

*Posto isto começo a minha intervenção: a Câmara de Aveiro e em particular o executivo socialista que presidiu aos destinos da autarquia nos últimos dois mandatos, viveram um esforço enorme para dotar o território de uma rede de distribuição de água e saneamento que pudesse servir com qualidade acrescida os seus municípios.*

*Para cumprir a imposição a que se propuseram foi preciso um esforço gigantesco. Hoje, é com orgulho que vemos o propósito integralmente cumprido, ou seja, registamos uma taxa de cobertura de água nos 100% e o saneamento tem uma cobertura também muito perto dos 100%.*

*Se perguntarmos a qualquer aveirense se valeu a pena o sacrifício que fizeram e do que tiveram de abdicar noutras áreas para conseguirem a água e o saneamento, eles com regozijo aplaudirão os mentores de tal obra e reconhecerão que valeu a pena ter enterrado milhões e milhões de euros, que poderiam oportunistamente ter ido parar a outros lados que enchessem o olho.*

*Esses milhões enterrados é mais uma obra de que nos orgulhamos e que não é vista a olho nu. Não serviu para ganhar eleições porque não era essa também a intenção. Apenas serviu para satisfazer e tranquilizar a consciência de quem prometeu fazer o melhor que soubesse em prol da comunidade aveirense.*

*Hoje, o concelho de Aveiro, ao contrário de outros, tem uma elevadíssima taxa de cobertura com qualidade e fiabilidade do serviço que prestamos ao nível dos melhores, não só de Portugal, mas também da Europa, e a custos justos, o que, é mais um factor gratificante.*

*Ao longo dos anos a Câmara foi-se dotando de uma estrutura que se tem vindo sempre a aperfeiçoar, e hoje, gere com eficácia e competência todo o sistema.*

*Reporto-me naturalmente aos Serviços Municipalizados (SMA). Estes Serviços têm vindo a dirigir e a administrar os activos municipais com muito zelo e dedicação e regista resultados muito positivos.*

*Ora se já agora conseguem uma boa receita prestando um serviço de elevadíssima qualidade às populações, no futuro, terão ainda mais rentabilidade sem prejudicarem os aveirenses na sua facturação mensal.*

*Por este facto não se entende como e que a Câmara quer alienar (parcialmente ou não) um património que tanto custou a desenvolver e a expandir, e que é de algum modo lucrativo.*

*Aveiro integra a Associação de Municípios do Carvoeiro-Vouga juntamente com outros concelhos limítrofes, - cujo objectivo é abastecer em alta os seis concelhos do Baixo Vouga. Mas Aveiro estar integrado nessa Associação não significa que esteja dependente ou refém dessas captações dado possuir no seu território vários furos de captação que lhe permitem assegurar a sua auto-suficiência.*

*Assim, penso, que a decisão de fazer participar o nosso Município no capital social das “Águas de Portugal, SGPS.SA” (AdP) para a exploração em baixa da água, e do saneamento de 10 municípios da região do Baixo Vouga; é um comportamento que não deve merecer o aval de quem quer o melhor para o nosso concelho.*

*É natural que para alguns outros concelhos este tipo de negócio seja um alívio dado não terem as nossas condições. Aveiro nesse aspecto está bem e não precisa de “aconchegos” e deve mesmo dispensá-los.*

*É certo que o nosso município vive com algumas dificuldades financeiras e em cada dia que passa e pelo que sabemos e vamos lendo, as dificuldades financeiras acentuam-se dia a dia o que, diga-se, não dá para entender, já que, não vemos nem ao Sol nem ao Luar qualquer obra justificativa para tanta acumulação de dívidas.*

*Primeiro, foi apregoado por este executivo que as coisas começariam a rolar e em bom ritmo quando chegasse o empréstimo. Agora que chegou e há já uns bons meses, tudo continua emperrado sem nada de registo nos saltar à vista, com a agravante ainda por cima da Inspeção Geral de Finanças reclamar sobre despesas feitas acima das capacidades do município, e de continuar a haver uma situação desequilibrada de tesouraria, acusando mesmo o município, de ter falhado na redução legal do excesso de endividamento líquido. E ao contrário do que se deveria esperar registou-se ainda por cima, um aumento de algumas dezenas de milhões.*

*De qualquer modo, só porque a Câmara continua às “aranhas” com o município e parece-me bem que ao fim de quatro anos ainda não descobriu como lhe pegar, isso não justifica que venda as jóias que herdou, e muito menos ainda ao preço de chibéque.*

*Além disso, dada a importância e a delicadeza de um assunto como este, acho estranho que o mesmo não tenha sido debatido abertamente no tempo, não só por todas as forças políticas como pela sociedade aveirense em geral, como foi o caso da Avenida.*

*Depois, parece-me que uma das partes interessadas e muito importante neste processo não foi ouvida convenientemente e refiro-me aos trabalhadores dos Serviços Municipalizados.*

*E se não foram, este município raia o comportamento de alguns patrões deste país que escudados nos seus milhões mas parcos de raciocínio, consideram os trabalhadores uma coisa de menor importância numa Empresa ou Instituição, quando afinal, todos sabemos, que eles são o maior capital delas, e parte integrante dum bem que também é deles.*

*Depois, sinceramente não entendo a necessidade que a Câmara teve de usar de tanto secretismo com este caso das águas, como não entendo que tenha usado noutros casos como por exemplo usou, nos negócios das taxas de juros com a CGD e nas parcerias para o parque escolar.*

*Tanto quanto me tenho apercebido os secretismos têm dado sempre em “borrasca”, e era bom que mudassem de atitude e usassem de mais transparência para vosso bem, e principalmente; para o bem da população que prometeram servir.*

*Se a população quisesse que tudo fosse feito à “xuxa calada” teriam entregado os seus destinos enquanto comunidade a administradores de fortunas e recusado o sistema democrático que devemos todos os dias incrementar.*

*E digo isto porque um bem tão essencial como a água não foi sequer tratado como a abertura de uma simples estrada, avenida ou caminho publico, que, afectando meia dúzia de pessoas é logo corrigido e publicitado aos quatro ventos e motivo de alteração de projectos e traçados. Neste caso da água é preciso dar satisfações, muitas satisfações. Não a meia dúzia de famílias, mas a toda uma população composta por dezenas de milhares de pessoas. Depois de uma decisão tomada erradamente por este executivo e por quem o apoiar neste processo, todos sabemos que deixarão essas dezenas de milhares de famílias cativas durante meio século da ligeireza imprudente dessa atitude. E isso é no meu ponto de vista uma responsabilidade ou irresponsabilidade gravíssima que vai ser apontada a este executivo camarário, que, por causa de meia dúzia de euros que vai arrecadar para os seus cofres depauperados sem se saber porquê, vai permitir desagregar, fazer evaporar, uma mais-valia que os aveirenses conseguiram com muitos sacrifícios, ao longo de dezenas de anos.”*

(Entrou na sala o Vogal Marco António Costa Gonçalves)

Vogal João Carlos Valente (PPD/PSD) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta: [021](#)

*“Eu gostei bastante da comunicação do Senhor Presidente da Câmara, e digo desde já que se não houver assim nada de muito espacial, mesmo com a hecatombe, eu vou votar a favor.*

*A transparência que o senhor Presidente da Câmara aqui trouxe é fundamental. Só não quer retirar as dúvidas desde contrato parceria quem não quiser — com toda a franqueza.*

*De qualquer forma, eu coloco duas questões que eu julgo muito importantes para dirimir quaisquer dúvidas que possam existir aqui assim.*

*Está prevista alguma lista de disponíveis na Câmara Municipal de Aveiro relativamente aos funcionários dos Serviços Municipalizados?*

*Segunda é se a Câmara Municipal de Aveiro a qualquer altura se pode desvincular deste contrato no futuro?*

*Estas são duas perguntas que são fundamentais até para aliviar a angústia de que falou, dos trabalhadores dos Serviços Municipalizados de Aveiro, que eu compreendo e aceito e que devem estar em primeiro lugar. Quanto a isso sou muito transparente. Concordo com o princípio e concordo com a estratégia. Obviamente, que está mudança é muito complicada para as pessoas, esta sê-lo-á certamente também. A Câmara Municipal de Aveiro em termos futuros tem muito a lucrar com este acordo.*

*De qualquer forma, em relação à lista de disponíveis, e eu espero ouvir aquilo que vou ouvir, parece-me que o PSD e a coligação Juntos por Aveiro não farão coisa dessas.*

*Tendo em atenção a posição do partido socialista, e imaginando muito que o partido socialista possa vir a ganhar as eleições certamente também não faria isso. Portanto, o argumento que numas próximas eleições isso virá a acontecer, não irá colher. Eu por aqui me fico, obrigado.”*

Vogal Paulo Anes (PPD/PSD) [022](#)

Vogal António Regala (PCP) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta: [023](#)

*“Como constantemente se refere a água é um bem precioso e escasso. As questões relacionadas com a propriedade, distribuição e consumo da água são, por isso, de importância vital para as populações e de importância estratégica para os municípios.*

*Por isso qualquer processo de alteração da gestão da água de consumo público deverá ser exemplar nos capítulos: da transparência; do esclarecimento público; da participação dos*

*cidadãos no processo de tomada de decisão; de posição informada e fundamentada dos membros dos órgãos autárquicos.*

*Ora nenhum destes pressupostos foi respeitado neste processo.*

*Ele foi desenvolvido na ignorância e desconhecimento das populações, que em nenhum momento foram ouvidas. Chega às Assembleias Municipais de forma precipitada, sem que seja concedido aos seus membros o tempo suficiente para apreciarem todos os aspectos da proposta e sem que seja desenvolvida qualquer forma de discussão pública, marginalizando os cidadãos. Por isso mesmo poderá ser proposto o adiamento da discussão, para supressão destes erros graves com a constituição de uma comissão da Assembleia ou com a realização de um debate público promovido pela Assembleia.*

*Conclui-se que é reduzida, nesta matéria, a legitimidade política dos órgãos autárquicos, a não ser que os programas de candidatura das forças maioritárias tivessem expresso, de forma clara e inequívoca, a opção que agora pretendem tomar. Isto não é o mesmo que pavimentar uma rua ou a realização de uma pequena obra semelhante; É sim uma opção estratégica para os próximos cinquenta anos!?*

*Ainda recentemente o Governo anunciou que a decisão final sobre o TGV só será tomada após as eleições. O mesmo se deveria defender neste caso, independentemente da nossa opção de fundo, dado que a importância relativa da decisão para os municípios e para as populações é superior, neste caso, à do TGV. E ainda por cima estando nós a três meses das eleições autárquicas.*

*O Contrato de Parceria é proposto na base do Decreto-Lei 90/2009 de 9 de Abril. Independentemente de podermos considerar que o mesmo, na sequência de outras iniciativas legislativas do PS, se integra num projecto global de entrega “do grande mercado da água” a interesses privados, existem contradições entre a lei e a proposta de contrato.*

*No artigo 3.º do Decreto-Lei, onde se referem os objectivos das parcerias, incluem-se a “garantia de universalidade”, a “igualdade no acesso” e a “protecção dos interesses dos utentes”. Mas o contrato em discussão ignora estes objectivos incluindo agora, como novo objectivo, “garantir a sustentabilidade económico-financeira do sector”. Estas diferenças indiciam linhas orientadoras lesivas dos interesses das populações.*

*No artigo 4.º, o Decreto-Lei, exige que a decisão de constituição de uma parceria seja antecedida estudos técnicos de viabilidade económica e financeira que a fundamentem, a elaborar pelo Estado e pelas autarquias locais, que evidenciem as vantagens decorrentes da integração dos sistemas para o interesse nacional e para o interesse local.*

*Não parece que os estudos apresentados evidenciem de forma clara o interesse deste município na realização da parceria.*

*Aliás, foi dado aqui como exemplo o estudo da DELOITTE, que foi encomendado pela Águas de Portugal, mas o documento elaborado pela DELOITTE, não apresenta os estudos essenciais e são da autoria de uma parte directamente interessada no processo!?*

*No documento distribuído, elaborado pela DELOITTE, a que dificilmente se pode chamar “estudo”, pode-se ler de forma expressa: “esta publicação contém apenas informação geral, pela qual ... nem a DELOITTE nem qualquer entidade dependente ou associada “estão... a prestar serviços de auditoria, consultoria fiscal, consultoria, ou corporate-finance, aconselhamento legal, ou outros serviços profissionais ou aconselhamento”. E diz mais, “antes de tomarem qualquer decisão ou acção que possa afectar o vosso património ou negócio, devem consultar um profissional qualificado”. Como vêem é a própria DELOITTE que desclassifica o estudo.*

*E remata “nem a DELOTTE nem qualquer das suas firmas... serão responsáveis por quaisquer danos ou perdas sofridos em resultado de acções ou tomadas de decisão, somente com base nesta publicação”. Ora, com documentos assim estamos conversados.*

*Sublinhe-se, a propósito, que o contrato distribuído não inclui qualquer texto no seu anexo IV designado por “pressupostos económico-financeiros” — porquê?*

*Finalmente, não podemos deixar de antecipar que esta solução diagnostica um ataque ao interesse público, delapidando serviços fundamentais para as populações. A criação desta Parceria e a entrada das Águas de Portugal com 51% do capital, com o correspondente poder de decisão, abre caminho a uma futura entrada de interesses totalmente privados na gestão da água, via eventual privatização daquela, agora, empresa pública.*

*Resta também, e não é questão menor, a salvaguarda dos interesses dos trabalhadores dos Serviços, designadamente na defesa dos postos de trabalho. Quais são as garantias, no papel, da inexistência de despedimentos ou da melhoria dos seus salários?*

*Acresce, por último, que não temas nada contra soluções de investimento e de gestão em que os municípios se juntem para potenciar economias de escala e de gama. Pelo contrário.*

*Mas isso não significa que este modelo de parceria seja solução única. A Comunidade Intermunicipal poderia perfeitamente avançar sem o Poder Central e sem as Águas de Portugal. Aliás o sistema intermunicipal de captação de Águas do Carvoeiro foi realizado por uma Associação de Municípios, que recolheu os instrumentos financeiros necessários, sem ter que se associar a outras entidades.*

*Mas porque assistimos hoje mesmo a uma situação inadmissível, interessa acrescentar:*

*Um Jornal diário, mais exactamente o Jornal de Notícias, publica uma entrevista ao senhor Presidente da Águas de Portugal, sobre a adesão à parceria na região de Aveiro.*

*Exactamente hoje, dia em que vai a discussão e votação em mais duas Assembleias Municipais (Aveiro e Estarreja), depois de seis terem aprovado (embora numa condicionado), uma reprovado (Oliveira do Bairro), e outra em que nem sequer se votou pois foi chumbado na própria Câmara (Ovar).*

*E qual não é o atrevimento do senhor Presidente que, sabendo que em seis Municípios já se aprovou a parceria e hoje se vota em mais dois chega a referir que sem oito municípios (eram dez) aderentes o processo fica comprometido.*

*Mas não apresentou a Águas de Portugal um estudo que englobava 10 concelhos? Agora já só são precisos oito?*

*E as dotações por Concelho, em que estudo apresentado às Assembleias estão incluídas, após a desistência, pelo menos de Ovar?*

*Quer o presidente da AdP condicionar a votação, com esta sua entrevista, quem sabe se encomendada, pois mais parece um frete, alegando perderem-se as condições agora existentes. Mas porquê? Porque é que se perdem as condições agora existentes?*

*Ou será que tem medo, o presidente da AdP, que mais tarde se possam pôr ainda mais a claro alguns obscuros objectivos desta estratégia, o que colocaria ainda mais reservas a esta parceria?*

*Veja-se lá, que o presidente da Adp, até alega aumentos de regalias e salariais para os trabalhadores. Mas assina o compromisso? Não faz. E “esconde” o aumento do preço do serviço aos munícipes!*

*Esta peça jornalística, bem própria de algum jornalismo de “jeito” que se faz nos nossos dias é uma vergonha.*

*Além de ser uma ingerência em assuntos que só aos munícipes de cada um dos concelhos envolvidos diz respeito, pretende condicionar a decisão e direccionar o sentido de voto.*

*Para mim, é indigno. E penso que atitudes destas também são indignas para os restantes membros desta Assembleia. Muito obrigado. ”*

Vogal Nelson Peralta (BE) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta: <sup>024</sup>

*“A água é um bem precioso e a sua valorização tem sido constante.*

*O Banco Mundial prevê que em 2025, dois terços da população mundial tenha falta de água potável. Assim, aumenta diariamente o seu preço de mercado, na exacta medida em que as suas reservas vão escasseando. Por isso mesmo, a revista ‘Fortune’ classificou a água de “petróleo do século XXI”.*

*No entanto, a água é um recurso essencial à vida humana. É um recurso limitado, finito e não produzível nem reproduzível. Por isso, a sua constituição enquanto mercadoria cria um monopólio natural de um bem comum. Mesmo de acordo com a teoria liberal, a água não pode ser tratada como uma mercadoria já que não respeita a teoria de escolha, a teoria de valor e o princípio de recuperação total do custo.*

*Contudo, nesta parceria é evidente que a água não é tratada como um direito humano mas sim como uma necessidade a ser suprimida na esfera do mercado.*

*A negociação e os acordos assumidos para a formação desta parceria foram feitos às escondidas, nas costas da população, dos trabalhadores e da oposição. Um assunto crucial como é a estratégia para um bem essencial à vida e que compromete o município por 50 anos é trazido a esta Assembleia a três meses do final do mandato, como um negócio de normas já definidas e imutáveis. Estranha-se o secretismo, estranha-se a pressa.*

*Os actuais Vereadores e Deputados Municipais desta Câmara foram eleitos e mandatados para aplicar o seu programa eleitoral, que no caso da coligação PSD/CDS-PP (hoje com as cadeiras vazias do CDS) é totalmente omissivo sobre este tipo de negócio. Deste modo, a maioria não tem legitimidade democrática para impor este negócio à população. Um negócio que não foi em momento algum sufragado e muito menos participado, um negócio que retira à população o poder democrático de definir políticas tarifárias, prioridades de gestão e políticas sociais.*

*Para mais, este é um mau negócio – como aliás Victor Silva já veio dizer a esta Assembleia. Das vantagens enumeradas pelo executivo, nem uma se aplica a Aveiro uma vez que a cobertura dos serviços é praticamente global, com uma taxa de cobertura de abastecimento de água de 100% e uma taxa de cobertura de saneamento de 97,5%. Até 2020 só está prevista uma melhoria de 0,5% na taxa de saneamento, um custo residual no âmbito da parceria. De todos os concelhos, Aveiro é aquele que mais tem a perder. Estranha-se assim que quando outros municípios como Anadia, Ovar e Oliveira do Bairro se colocaram de fora da parceria Aveiro não coloque qualquer objecção.*

*A autarquia vai assim entregar um dos patrimónios mais valiosos do concelho: a sua rede de água e saneamento, condição essencial para a qualidade e a dignidade da vida humana, sem qualquer garantia de manutenção do serviço público. Os munícipes já pagaram com sacrifício este grande investimento e agora, em vez de usufruírem do mesmo, serão explorados por ele para garante de lucro. Mas o Presidente Élio Maia já deu a dica: a negociação será individual, é esta a forma de desproteger e fragilizar o trabalhador.*

*Os Serviços Municipalizados desenvolvem um serviço de qualidade e esta parceria coloca em causa os principais responsáveis por esta qualidade: os seus trabalhadores, a quem não foi dada a palavra e a quem não se dá qualquer garantia. Para mais, este serviço público de qualidade não é deficitário, bem pelo contrário, apresenta lucro.*

*Mas esta é também a discussão da água pública e da sua privatização. Depois do executivo PSD/CDS-PP - e da maioria que o suporta nesta Assembleia - ter garantido que a água iria ser privatizada e de ter defendido essa como a melhor solução, depois do Vereador Pedro Ferreira e do Presidente Élio Maia garantir que a verba incluída no orçamento do presente ano diz respeito a essa privatização, eis que a maioria de direita aparece com esta parceria*

*como lobo com pele de cordeiro. Élio Maia garante que daqui a 50 anos a água não é privada, apenas para esconder a realidade: durante os próximos 50 anos ela será muito certamente concessionada até ao término dos 50 anos.*

*Os estatutos e o contrato de parceria são bem claros: prevêm a qualquer momento a possibilidade de venda a privados de 49% das acções, abrindo também a possibilidade destas passarem a acções ao portador e não nominativas. Este é portanto o primeiro passo necessário à privatização da água.*

*A resposta do Bloco é clara: rejeitamos a privatização e a mercantilização da água. A vontade do Governo PS e da autarquia PSD-CDS/PP também é inequívoca.*

*Esta empresa de água e saneamento prevê ainda algo fantástico: a distribuição de dividendos aos accionistas. Esta é uma forma de descapitalizar a empresa e de retirar lucros sem que os mesmos sejam aplicados na redução das tarifas, na melhoria do serviço ou em políticas sociais. Esta é uma estruturação para que privados obtenham lucro sem qualquer responsabilidade social, lucro à custa de um bem comum e da exploração de uma necessidade básica de todos os cidadãos. Os dividendos saem do bolso de todos nós.*

*A parceria é uma golpada na democracia. No futuro, se o Governo – como é sua intenção – decidir vender a Águas de Portugal ou a sua participação, a Câmara Municipal de Aveiro não tem poder de decisão sobre se o seu sistema de águas continua público ou não. A privatização em Aveiro pode dar-se assim contra a vontade da Câmara, contra a vontade dos munícipes. Este é aliás o motivo que levou a Câmara Municipal de Ovar, mais concretamente um seu Vereador, a chumbar esta proposta. Mas para o BE, a exigência da CM de Ovar de instituir uma votação por unanimidade para ser permitida a privatização não chega. O poder público não tem a legitimidade para vender aquilo que é de todos e que todos já demonstraram pretender público.*

*Esta parceria é assim a garantia que no futuro é possível privatizar as águas de todo o Baixo Vouga mesmo contra a decisão democrática da população e de algumas autarquias, sendo que as cláusulas de saída da parceria são leoninas depauperando todo um município que assim decida.*

*Quanto ao preço da água, a parceria prevê a harmonização tarifária pelas tarifas mais elevadas da região, sendo que é na região que se encontra o preço mais elevado da água no país, concretamente em Albergaria-a-Velha. Toda a região terá a água mais cara do país. Pedro Serra, presidente das Águas de Portugal, confirma.*

*O Governo PS quer ir ainda mais longe. Para o Ministro do Ambiente Nunes Correia a água em Portugal é muito barata e as tarifas devem a breve trecho aumentar 15 vezes – sim, ouviram bem, 15 vezes –, isto não obstante o encargo média com água e saneamento, para um cliente doméstico em Portugal, serem já dos mais altos da Europa: cerca de 2% do salário médio nacional.*

*A futura entrada de privados no capital da parceria apenas agravará este desejo, já que como se sabe o único objectivo de um privado numa empresa é o lucro. E no caso da água já se sabe como se aumenta o lucro: aumentando o preço já que a população não tem qualquer escolha, e reduzir os gastos com pessoal e com a preocupação de tornar o recurso sustentável.*

*No país há 2 milhões de pobres, mais de meio milhão de desempregados, uma média salarial das mais baixas da Europa, um alarmante nível de endividamento familiar, sendo todos estes factores agravados pela crescente precariedade e crise social. Mas neste mesmo país e nesta região, a prioridade do Governo e desta Câmara é aumentar as tarifas da água, um recurso vital e necessário ao bem-estar das populações. Sobre sensibilidade social estamos conversados.*

*Em suma, o Bloco de Esquerda votará contra esta parceria por se tratar de um mau negócio, por se tratar de uma golpada na democracia, por prever um grande aumento do preço da água*



*na região, por blindar de forma anti-democrática as decisões estratégicas no sector das águas, e também por se tratar do primeiro passo para a privatização da água e do saneamento. Uma privatização que priva o cidadão da esfera de decisão daquilo que lhe é essencial.*

*O Bloco de Esquerda nada deixa nas entrelinhas, nem deixa as suas cadeiras vazias e espera que todos os partidos se expressem sobre o que farão sobre esta matéria. O Bloco de Esquerda assume os seus compromissos. Quer hoje, quer após o novo balanço de forças resultante das próximas eleições autárquicas, o Bloco de Esquerda votará contra e tudo fará para evitar a privatização da água, e tudo fará para instituir uma nova cultura de gestão da água baseada no seu interesse social e participada por todos os cidadãos, e tudo fará para proteger os direitos dos trabalhadores.*

*A água é de todos e para todos.”*

Vogal Pedro Pires da Rosa (PS) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta: <sup>025</sup>

*“Eu falarei de pé, porque eu falei de pé neste mandato creio que duas vezes; uma no assunto da PDA (Parque Desportivo de Aveiro), em que foi feita uma alienação pela Câmara de uma empresa que era um Activo importante para a cidade, e outra na Parceria público-privada que esta Câmara decidiu fazer com as escolas, misturando parques de estacionamento com as escolas, para o qual abriram concurso, concorreu uma pessoa e ainda não tiveram decisão!?*  
*Deu sorte. Porque o Sr. Presidente quanto à Parceria público-privada veio dizer em tempo, e reconhecer a razão que o PS cedo soube esgrimir sobre o facto desse negócio ser um negócio ruinoso. E aqui temos outra vez a mesma questão.*

*O Sr. João Carlos Valente, disse, anunciou, o seu voto positivo. Não disse mais do que isso, disse que o Sr. Presidente da Câmara falou muito bem e, que anunciou o seu voto positivo, mas por isso mesmo eventualmente quero-lhe dar já conta da hecatombe.*

*Hecatombe é desde logo a questão formal. E fazia-lhe as seguintes questões, que depois se tiver tempo poder-me-á responder: quem é que vai ficar com os lucros que poderão advir dos municípios de Ovar e de Oliveira do Bairro? Onde é que vai ser gasto o investimento que está previsto para Ovar e Oliveira do Bairro? Esta é que é a questão.*

*A documentação que nós temos aqui hoje e que suporta esta deliberação e que suportou a deliberação do executivo municipal, não é uma documentação que nos permita fazer o que o presidente da câmara aqui nos explicou e pediu, que é aprovar a entrada do município de Aveiro para uma associação de municípios, em que só vão estar no máximo oito, quando seriam suposto e foram feitos estudos para dez. Esta é que é a verdadeira questão.*

*Portanto, nós não estamos aqui muito sinceramente, apesar do PSD que soube levantar a mão quando foi apresentado o requerimento apresentado pelo PCP, de pouco servirá do ponto de vista formal, porque foi só uma oportunidade que o Partido Comunista Português deu, de se regularizar esta situação. E pergunto à Mesa se o que eu estou a dizer não é verdadeiro? Eu pergunto à Mesa se a documentação que foi distribuída aos deputados municipais é aquela que sustenta aquilo que a câmara pretende fazer. O Presidente da Câmara com esta aprovação da Assembleia municipal, não vai ter legitimidade para aderir a uma associação de municípios com oito pessoas, não vai ter! Porque o voto que nós vamos dar aqui hoje é para aderir a uma associação com dez, com o estudo com dez, etc., etc., etc.*

*Portanto, deixava esta primeira questão formal, esta pequena hecatombe, para que a bancada do PSD agarrasse firme esta mão, e fazendo um pouco como o CDS que não apareceu e que escondeu a cara, e conseguisse aproveitar este pequeno argumento formal para ao menos não votar de acordo com o seu executivo e suportando o seu partido.*

*Porque o PS de Aveiro e já foi explicado pelo meu camarada de bancada Raúl Martins, não mede meças e não aceita entrevistas feitas ainda por senhores que presidem a órgãos*

*nomeados pelo meu partido, pelo governo, e não aceita ingerências nesse sentido, não aceita meças quando o que está em causa é o verdadeiro interesse dos Aveirenses.*

*E portanto, o que eu pergunto ao PSD e não se trata de uma vitória democrática ou uma vitória moral com que o PS saia daqui esta noite; vamos esquecer isso porque eu estou disposto a atribuir-vos a vocês essa vitória. Façam o favor de connosco, com o Partido Comunista português e com o Bloco de Esquerda, de chumbar esta proposta e farão parte também desta pequena vitória que faremos aqui em nome dos aveirenses. Portanto deixo-vos este convite serio, à vossa consciência sobre esta matéria.*

*E Senhor Presidente da Câmara, não pode querer que seja visto com ligeireza o facto do CDS/PP não estar presente aqui hoje.*

*Vossa excelência foi eleito numa coligação “Juntos Por Aveiro” com o Partido Social Democrata e o CDS. O CDS foi câmara em Aveiro durante uns bons vinte e muitos anos. O CDS construiu grande parte do património que hoje estamos aqui a pôr em causa. Tivemos o vereador responsável por quinze anos dos Serviços, e uma figura grada da cidade, que foi muitas vezes conotado como o número dois do Dr. Girão Pereira, que foi um autarca de excelência como senhor presidente da câmara, vastas vezes, já aqui aduziu e que tem mérito reconhecido por todos, sejamos justos, veio aqui utilizar o período do público para explicar a esta Assembleia, como último apelo, como última nota que o negócio não era positivo para Aveiro; é alguém de dentro. E eu pergunto: onde é que está o relatório, onde é que estão as audições do actual Delegado Administrador dos Serviços Municipalizados? Porque é que é dito que esta negociação tem três anos e não se falou com os funcionários? Como é que é dito que já se anda a pensar em negociar uma empresa durante três anos e depois passa ao lado o pequeno debate dos 197 funcionários que trabalham nos serviços municipalizados e que vão ser afectados directamente por esta matéria.*

*E portanto, não é aceitável que possa surgir desta forma; não é aceitável sequer que estejamos a discutir isto aqui deste ponto de vista. E depois dizer-lhe, vossa excelência diz, começou por dizer isso: “não vamos fazer a venda”, “não é uma alienação”, etc., e que demagogicamente os partidos diziam isso. Depois falou que “vamos ser ressarcidos”. Oh Sr. Presidente ressarcidos de quê, se não vamos alienar nem vender nem coisa nenhuma, não temos que ser ressarcidos!*

*Por último, deixo-lhe um apelo especialmente a si, para perceber que a legitimidade que está aqui hoje é uma legitimidade frágil, que a coligação partidária que o senhor suportou nestas eleições, metade não está presente. Inclusive não está presente o braço mais forte dessa coligação que sempre foi o CDS/PP, e sempre teve o apoio do Dr. Girão Pereira que o colocou na Câmara, pelo menos é o que se diz à boca pequena; esse grande apoio do CDS nesta matéria, um CDS que tem uma implantação muito superior em Aveiro do que tem noutros concelhos, mas que em Aveiro atribuiu meças, e Aveiro sempre foi entendida como a capital distrital do CDS, e portanto, vossa excelência está enfraquecido politicamente aqui, está a tentar fazer com que esta Assembleia e a forçar que o Partido Social Democrata vote uma coisa com que manifestamente - creio eu, vão dizer que não, não concorda porque está convencido que há-de chegar algum antes das eleições, não posso querer que possa ser outra razão.*

*E portanto, há duas coisas que queria que me garantisse aqui: primeira, que não faz esta votação no convencimento de alguma antecipação de receita que possa ter antes das eleições — e acredito que me vai responder que não, e estou-lhe a dizer isto com alguma honestidade, dou-lhe oportunidade de o dizer.*

*E segundo, que do ponto de vista da bancada do executivo e de alguma pessoa que possa ter sido interveniente neste negócio, que no futuro, venha nalguma empresa a criar não estará presente nenhum dos intervenientes da negociação?*

*E essa é que é uma questão que eu acho que nós temos que pôr clara aqui. Porque tem acontecido e tem acontecido também no meu partido, uma coisa que eu acho lamentável em Portugal e que tem sido infelizmente prática corrente e que é lamentável e sobretudo fico “raivoso” quando isso acontece no meu partido, indivíduos que fazem negociações em nome do Estado como empresa e depois aparecem volvidos poucos meses nos órgãos dessa mesma empresa.*

*Portanto, queria também que o senhor Presidente me faça essa garantia que isso não vai acontecer em relação ao executivo municipal e que não vamos ver ninguém dos intervenientes por parte da Câmara municipal de Aveiro neste negócio na futura empresa a criar ou mesmo nas Águas de Portugal.”*

Vogal Manuel António Coimbra (PPD/PSD) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta: [026](#)

*“Primeiro de tudo, gostava de realmente de agradecer as explicações que o Senhor Presidente da Câmara aqui exaustivamente nos trouxe, penso que foram muito importantes para nós formarmos opinião, principalmente aqueles que ainda pudessem ter algumas dúvidas quando à bondade e à generosidade deste negócio para o município de Aveiro e para a região de Aveiro. Acima de tudo, esta parceria entre 10 municípios e o Estado é de realçar; e para quem defende a região de Aveiro, para quem defende a intervenção do Estado naquilo que são os nossos bens essenciais como é a água, penso que todos nós temos que nos regozijarmos com esta parceria. Porque mal era se nós, atendendo às precárias condições que este município passou, tivéssemos tido a necessidade de privatizar os nossos Serviços Municipalizados.*

*Felizmente que não foi necessário fazer qualquer operação desse género e por isso todos nós concordamos que a água é um bem essencial, todos nós concordamos que a água não tem que ser, não deve ser os serviços de prestação, esta prestação de serviços deve ser tanto quanto possível deve ficar nos municípios e deve ficar no Estado e aqui está uma parceria que nos vem garantir estas mesmas condições e isto num processo que já foi aqui também apelidado pelo Sr. Presidente da Câmara como um processo inovador. E eu gostaria de realçar estas mesmas palavras; é um processo na realidade inovador, em que o município de Aveiro, como município líder desta região tem obrigação de abraçar, e de abraçar de uma maneira liderante, e é isso que era importante que nós pudéssemos fazer e por isso tenho pena de que alguns dos discursos que aqui foram feitos. O valor a pagar não é mais do que realmente a pagar pela água, pelos serviços da água e pelos serviços de saneamento, não é mais do que afinal aquilo que nós já pagamos; e mais, daquilo que nós já pagamos há quatro anos; daquilo que o Dr. Élio Maia nunca subiu, porque quem subiu as tarifas da água e das tarifas do saneamento não foi esta Câmara. E por isso, aquilo que vai acontecer, é que nós vamos garantir pelo menos até 2014, é que se vai manter este preço, ou seja, eu compreendo até que o Partido Socialista esteja preocupado, porque põe sempre a hipótese de (espero pelo menos que tenha essa esperança) de pelo menos ganhar as eleições; e por isso, se tem essa esperança, compreendo que se sinta frustrado de não poder continuar uma política, ou retomar uma política que deixou há quatro anos, que era de continuar a aumentar as taxas, continuar a aumentar as tarifas, e também porque não privatizar os Serviços Municipalizados. E por isso, esta parceria quer dizer que na realidade isso já não vai acontecer; e eu compreendo a frustração do Partido Socialista quando aqui vem manifestar-se contra esta parceria pública entre o Estado e 10 municípios, - e friso 10 municípios, porque foram esses que foi decidido que iriam integrar esta parceria e esta futura associação para defesa de um bem, que é um bem de todos nós, e a distribuição desse bem.*

*Por isso é muito importante que esta Câmara seja ressarcida também dos investimentos que fez. É muito importante que os custos que foram feitos também e que tenham sido avaliados na*

*nossa rede, seja de água seja de saneamento, que a Câmara seja compensada por isso, e sendo a Câmara, somos todos nós que estamos a ser compensados, e por isso esta tarifa que nós vamos pagar e as receitas que esta Câmara vai receber, que são receitas que vão reverter para todos nós, para nós podermos continuar na senda do progresso, que tivemos que parar durante algum tempo para equilibrar as contas, podemos continuar no futuro a desenvolver esta nossa política.*

*Também gostaria de realçar o facto da liderança também do concelho de Aveiro e da centralidade, e por isso é com naturalidade que nos é anunciado que a sede da sociedade vá ficar no concelho de Aveiro. E que isto também vai trazer novas receitas, vai trazer novas oportunidades, temos aqui também o pagamento, - espero que esta empresa dê lucro, e esta empresa tendo lucro vai pagar uma derrama, e essa derrama vai ser recebida pelo município de Aveiro.*

*E este processo como é do conhecimento de todos, é um processo que já há muitos anos nós falamos nesta Assembleia Municipal. É um processo que a própria oposição já por várias vezes tem contestado, porque até diziam, acusavam, esta Câmara de entregar os serviços de distribuição da água a privados. Aliás, nós próprios, os líderes desta Assembleia Municipal discutimos num programa de rádio este cenário já aqui há uns tempos e, por isso, quer dizer que quando dizem aqui: “é novidade” - mas novidade o quê? É novidade, e isso é que é novidade, é que a ideia da Câmara Municipal de Aveiro de há vários anos, afinal é apadrinhada e suportada agora por outros municípios, inclusive por municípios socialistas.*

*E isto quer dizer que esta é uma muito boa ideia e ainda bem que os outros municípios, sejam eles de que partido for, tendo em conta aquilo que é o interesse da região, estão todos solidários em dizer que esta é a solução, esta parceria é aquilo que realmente nós devemos fazer no futuro.*

*Agora compreendo que também seja a Câmara Municipal de Aveiro que tenha assumido esta liderança; porquê? Porque felizmente e já aqui foi lembrado, os serviços municipalizados de Aveiro funcionam bem. E quando se diz que funcionam bem, funcionam bem por causa de quê? Por causa da casa? Não! Por causa do capital humano, por causa das pessoas que lá trabalham. E é isso que nós não nos podemos esquecer e tenho a certeza que este capital humano vai ser muito importante na futura Águas de Portugal. Tenho a certeza que isso vai acontecer e, isso era um dado que gostaria de trazer a este debate, porque o justo a quem o merece.*

*Por isso, não admito de maneira nenhuma que possa haver trabalhadores disponíveis, principalmente aqueles que participam nos Serviços Municipalizados.*

*Municípios como o de Aveiro que tem trabalhadores nos Serviços Municipalizados, como é óbvio integrarão os quadros da empresa. Agora, há outras câmaras que não têm os Serviços organizados desta maneira; se quiserem como é óbvio, isto é assim em democracia, e por isso é que veio o 25 de Abril, veio a democracia e houve alguns que interpretaram a democracia de maneira diferente, mas felizmente que hoje passado alguns tempos conturbados vivemos uma democracia em pleno, de maneira que as pessoas são livres de fazerem aquilo que entendem e de decidirem pela sua vida conforme acham que é o melhor para si e melhor para os seus.*

*E por isso, os trabalhadores disponíveis não vão existir, como no passado não existiram trabalhadores disponíveis.*

*Ou seja, os trabalhadores que estão e, tenho a certeza que estão, é disponíveis para contribuir para o melhor da sociedade, para o melhor das suas famílias, para o melhor da região de Aveiro. Tenho a certeza disso, que é o que vai acontecer.*

*Agora há aqui uma coisa que foi dita pelo Sr. João Claro, a quem agradeço a intervenção, aliás como agradeço também a intervenção do Dr. Salavessa - gosto sempre muito de o ouvir, ele já sabe que nós não partilhamos as mesmas ideias, mas a maneira como o faz, a maneira*

*como o Partido Comunista Português aqui nesta Assembleia tem trado os assuntos com toda a seriedade, apesar da divergência de opiniões, é de realçar. Aliás, já fez justiça o Sr. Presidente da Câmara; voltando ao Sr. João Claro, gostaria de dizer e reforçar essa ideia e desafiar, que é quando diz: “iremos acompanhar todo o processo”; é obvio que vão acompanhar todo o processo. Devem acompanhar todo o processo. Porque é assim que tem que acontecer. Assim como nós membros da Assembleia Municipal não nos podemos demitir do processo e estamos aqui para dar a cara, não tenho problema nenhum de dar a cara e de argumentar onde é preciso de acordo com as minhas convicções.*

*Por isso, também os trabalhadores têm o direito de nos locais próprios, lutarem pelos seus interesses. E é isso que vai acontecer, tenho a certeza disso, e acho que os trabalhadores não devem abdicar dessa possibilidade que têm para o fazer e desse direito que na realidade têm.*

*Para terminar, só fazer uma breve referência à proposta do Dr. Salavessa, quando vem aqui falar que estamos em final de mandato e à legitimidade política, lembrando ou reforçando aquilo que o Sr. Presidente já disse, que realmente não faz sentido pormos essa hipótese apesar de todo o respeito que temos pelas muitas assinaturas que conseguiu recolher, penso que fruto do texto bem escrito, que realmente soube escrever, mas não há de maneira nenhuma aqui razão para essas preocupações porque não há nenhum ónus para o município para esta parceria que nós realmente estamos a fazer, porque a propriedade mantém-se no município, aquilo que nós queremos é simplesmente um melhor serviço.*

*Por isso, quando somos desafiados a dizer que, pelo Sr. João Claro mais uma vez, a dizer que estamos a fazer história, eu aceito que estamos a fazer história; e quando diz que nós vamos pagar com o ónus, eu digo não! Eu não acho que não vai haver ónus nenhum. Por isso mesmo é que eu com toda a convicção aqui estou a fazer este discurso, e a fazer o discurso em nome da minha bancada, porque eu tenho a certeza e eu e os meus colegas do PSD temos a certeza, que este é um bom negócio para o município de Aveiro e para todos os outros municípios de Aveiro. E quando digo para o município de Aveiro, é claro que eu estou a incluir os munícipes, e todos nós somos munícipes e eu estou a incluir o município e o município é de todos nós, é bom para a região de Aveiro e todos nós fazemos parte da região de Aveiro e também para os trabalhadores.*

*Tenho a certeza que este é um bom negócio para todos e espero, Deus nos dê saúde, para estarmos cá daqui a 50 anos para podermos fazer uma avaliação.”*

(Entrou na sala o Vogal Jorge Manuel do Nascimento)

Vogal Pedro Pires da Rosa (PS) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta: [027](#)

*“Prof. Manuel António, eu não percebi da sua intervenção, se calhar disse-o e eu não consegui perceber. Mas da documentação que eu recebi e o professor também a há-de ter recebido, um dos papéizinhos era o estudo da DELOITTE, dizia: modelo de retribuição e timing. Depois tem um quadro, Águeda tanto, Albergaria tanto, Aveiro tanto, Estarreja tanto, Murtosa tanto, e depois mais dois municípios que diz, Oliveira do Bairro três milhões e trinta e cinco mil euros, 2,7%; e depois Ovar dezoito milhões correspondentes a 16%. A pergunta que lhe faço é a seguinte: se considera face ao chumbo e à saída de Oliveira do Bairro deste projecto, e ao chumbo na Câmara Municipal de Ovar e à saída deste projecto, se considera que a documentação que nós recebemos é suficiente ou não para fazer esse voto favorável que o senhor anunciou aí? Quanto mais não seja, só por este argumento (vamos deixar os trabalhadores de lado, vamos deixar se o negócio é ruinoso para Aveiro ou não, depois havemos de discutir isso tudo), a minha pergunta é se do ponto de vista formal está ou não*

*correcto isto e se estes documentos que nós temos aqui são ou não os adequados para fazermos a votação?”*

Vogal Nelson Peralta (BE) <sup>028</sup>

Vogal Jorge Nascimento (CDS/PP) <sup>029</sup>

Vogal Nelson Peralta (BE) <sup>030</sup>

Vogal Jorge Nascimento (CDS/PP) <sup>031</sup>

Vogal João Barbosa (PS) <sup>032</sup>

Vogal Jorge Nascimento (CDS/PP) <sup>033</sup>

Vogal Raúl Martins (PS) <sup>034</sup>

Vogal Pedro Pires da Rosa (PS) <sup>035</sup>

Vogal Manuel António Coimbra (PPD/PSD) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta: <sup>036</sup>

*“Muito brevemente, só para dizer que as minhas opiniões políticas, quando eu as exprimo, normalmente as faço através ou estando atrás do microfone. E por isso são todas públicas, já que o meu colega Nelson Peralta quer confrontar as minhas opiniões, esteja à vontade porque de certeza que não há contradição absolutamente nenhuma em relação àquilo que eu penso fora daquilo que possa surgir de alguma oralidade. Mas gostaria de lhe dizer que faço uma distinção muito grande entre o bem essencial que é a água e aquilo que é a oportunidade de negócio que é a distribuição da água; são duas coisas diferentes. Já lhe tinha explicado isso no tal programa da rádio e tal, e gostaria só agora lhe lembrar isso.*

*Quanto às questões colocadas pelo meu colega de assembleia Pedro Pires da Rosa, gostaria de lhe dizer, de parafrasear, uma frase que já hoje ouvi aí na sua bancada, a certa altura escapou “lá mais para a frente o município adere”. O problema é isto: nós poderemos não aderir agora, mas aderir depois! No meu caso acho, nós damos a cara e o nosso município adere já juntamente com os outros — é isto que vamos fazer acontecer.*

*Quanto ao Dr. Nascimento, todas as suas preocupações, tudo aquilo que são preocupações do Dr. Jorge Nascimento, são preocupações nossas da bancada do PSD, tudo aquilo que estivemos aqui a discutir. E posso-lhe dizer, que no início desta assembleia, na explicação deste ponto, o Senhor Presidente da Câmara teve uma intervenção brilhante que nos esclareceu a todos. Muito obrigado.”*

Vogal João Barbosa (PS) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta: <sup>037</sup>

*“Afinal isto não é um negócio — foi uma das preocupações do Senhor Presidente, logo no início em dizer que isto era uma parceria. Nem tudo é a mesma coisa (pois o problema é que os senhores encolhem os ombros, não é).*

*Eu queria-me dirigir a esta bancada, ao senhor Presidente da Câmara, em nome de representante da freguesia da Vera Cruz, e sobre este tema já foi dito aqui muito; já se discutiu muito, já se disse tudo e eu só queria dizer o seguinte: 100% de rede de água, 98% de saneamento em Aveiro. O SMA's é bom que se saiba, é a única empresa municipal que cria receitas e dá lucro na Câmara de Aveiro.*

*Segundo o Sr. Presidente da Câmara, uma região de Aveiro mais solidária e mais justa! É dever da Câmara criar condições de qualidade de vida no concelho; é dever da junta de freguesia, é uma das suas principais competências, defender os interesses das suas populações e assim como pugnar por uma qualidade de vida muito melhor dos seus habitantes.*

*Faz-se uma Parceria com o argumento da convergência de tarifas com outros concelhos!? Por um estudo que vimos e fomos informados na última reunião dos Presidentes de Junta que as tarifas vão aumentar.*

*Nos próximos quatro anos o consumidor vai por aquilo que lemos, vai pagar, o dobro da sua facturação. Se os SMA's dão lucro, o natural seria uma atitude social, ou seja: as tarifas de água deveriam baixar.*

*Não é justo que os aveirenses passem a pagar um aumento elevado só para haver convergência de tarifas com outros concelhos.*

*Temos a obrigação de defender os interesses dos nossos concidadãos. Sr. Presidente da Câmara, quem conhece os sentimentos de vossa excelência, eu dir-lhe-ia: ainda está a tempo de poder dar um passo atrás nesta parceria.”*

Vogal Armando Vieira (PPD/PSD) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta: <sup>038</sup>

*“Dizer o seguinte. Permitam-me, como sabem tenho o entendimento de que só com elevação seremos respeitados pelos aveirenses. Devemos ouvir os outros, mesmo que discordemos das opiniões que esses nossos contraditores possam expressar.*

*Mas permitam-me que também sendo humano como todos, tenho muitas falhas, muitos defeitos, gostaria de ter muito menos, queria contestar uma afirmação do Sr. Deputado Nelson Peralta que afirmou aqui “sensibilidade social estamos conversados”. Pela parte que me toca senhor deputado Nelson Peralta, não lhe reconheço conhecimento suficiente para saber falar do que se chama “sensibilidade” ou pratica até do que é “sensibilidade social” — quando quiser posso dar-lhe umas lições sobre essa matéria.*

*A questão para o Partido Socialista, do meu ponto de vista, tem que ser esclarecida. Se ela é uma questão filosófica, e se o é, é respeitável, deve merecer o nosso respeito. Ou se é uma questão de preço.*

*Daquilo que eu ouvi hoje na sala a questão encaminha-se para a segunda opção.*

*O Presidente Alberto Souto que antecedeu a actual Câmara, e a câmara de Alberto Souto, tinha por intenção concessionar os Serviços Municipalizados; ninguém vai contestar isto por isto foi fruto de conversas que teve comigo diversas vezes. Essa era uma intenção da anterior Câmara e seria curioso se fosse possível fazermos um exercício de saber como os elementos desta bancada que então estavam na mesma bancada do Partido Socialista se iriam posicionar face a este debate.*

*Seria curioso de verificar o que havia de diferente, em nome da verdade se diga, é que a intenção era de se concessionar apenas 49%. Era essa a intenção.*

*A Parceria que a Câmara está a estabelecer aqui nesta matéria, e foi aqui referido já agora permitam-me puxar um bocadinho a brasa à minha sardinha - à nossa dos autarcas de freguesia - foi aqui dito que o município investiu muito, fez um grande sacrifício. É verdade que fez, mas é bom que não esqueçam que por exemplo a rede de água nas freguesias fora do centro urbano, foram feitas com o sacrifício e grande esforço das freguesias que investiram o seu dinheiro do fundo de equilíbrio financeiro para aos sábados (e devem estar aí trabalhadores que sabem disso) para aos sábados pagarem a esses mesmos trabalhadores com muita satisfação, o esforço que faziam para desenvolver essa rede de águas. Foi um trabalho ciclópico, de grande sacrifício de todos e que resultou, e assim tivemos ganhos de produtividade, nomeadamente também em ganhos de calendários, na execução da rede de águas. Portanto, é um esforço colectivo - é verdade que é um esforço colectivo que nós temos um enorme respeito, eu tenho o maior respeito nesse esforço colectivo e por isso também tenho direito às minhas opções. Opções políticas, de filosofia política e isso obviamente também deve merecer o respeito dos colegas.*

*Há uma forte possibilidade, e eu gosto de falar verdade e que a minha presidente diga que se fale verdade, mas isso não impede o raciocínio que eu faça em relação a esta matéria.*

*Há uma forte possibilidade de vir a ser privatizada uma grande parte das Águas de Portugal; isso é um facto. Não deve ser escamoteado.*

*Nós temos é que saber, nós município Sr. Presidente, nós parceiros e o conjunto dos parceiros deste objectivo, desta parceria (passe a redundância), devemos saber defender-nos das consequências desse cenário porque ele está aí.*

*Digamos que os saltos... aqui alguém falou: “quando alguém tem a coragem de avançar” pode haver discordância e muitas vezes discordo, até discordo da Câmara em algumas coisas, mas temos que reflectir sobre elas. Será que não temos aqui um grande avanço, um salto em frente em termos concelhio e regionais? Eu estou-me a lembrar aqui de uma questão, caros colegas do Partido Socialista. Se porventura não tivesse havido a coragem do actual Presidente da República em abrir a televisão à iniciativa privada o que é que nós teríamos hoje? Ora digam-me lá? Na altura bem me lembro, o Partido Socialista, o Partido Comunista, verberou e opôs-se massivamente a isso. Hoje temos, felizmente, uma televisão pública de qualidade e temos televisões privadas independentes que fazem o seu papel, umas defendem mais o governo outras defendem menos, e é deste caldo de misturas de consciências e de opiniões que se desenvolve o país e se moderniza o país e que se torna este país em que as coisas são difíceis, esteja quem estiver no poder as coisas são muito difíceis.*

*A questão central para mim Sr. Presidente da Câmara, são os trabalhadores. Para além das outras obviamente, das contrapartidas da parceria, chamemos-lhe assim, que é para não lhe chamar “um negócio” como algumas pessoas criticaram.*

*Os trabalhadores, do meu ponto de vista, e a defesa dos direitos dos trabalhadores, são a pedra angular de toda esta decisão. Se porventura - e eu quero acreditar que estão garantidas a defesa dos direitos dos trabalhadores, seja em qualquer cenário, porque se houver um trabalhador daqueles que está ali ou que não está aqui (e muitos eu conheço-os) que me venha dizer que foi prejudicado por isso eu tenho que me arrepender 100 vezes do meu voto que hoje dou a favor. Mas espero que isso não aconteça e estou convicto que isso não vai acontecer. Aliás, sei de muitas situação destas no país e de empresas no estado e de empresas públicas de direito privado, em que esses trabalhadores normalmente têm ganhos salariais significativos; porque todos nós sabemos que a função pública paga muito mal aos seus trabalhadores.*

*Esta é a questão para mim principal. A “demagogia” disse aqui o Dr. Raúl Martins “é preciso que acabe com a demagogia”; enfim, eu quero dizer-vos que conheço muita gente do Partido Socialista que dirige empresas públicas de direito privado no nosso país, nomeados pelo actual governo, que obviamente em muitas coisas que está a privatizar e que continuará a privatizar. Estaremos de acordo, noutras poderemos não estar de acordo, é disto que se faz a democracia. Mas Dr. Raúl Martins, falou-se aqui de solidariedade e o senhor, sublinho, permita-me, com a consideração que tenho pelo seu saber académico permita-me que o diga aqui; falou aqui da terceira via, porventura (gostei de o ouvir), é a terceira via porque realmente a primeira já deu o que tinha a dar. O senhor já está na terceira via. Ela existe sabe, eu convivo com muita gente da terceira via do Partido Socialista e quero-lhe dizer uma coisa: essa terceira via do Partido Socialista, eu preferia a primeira do Dr. Carlos Candal, do Dr. Mário Soares e dessa gente toda e sabe porquê? Porque essa terceira via, a palavra solidariedade e sensibilidade social, não existe.”*

Vogal Nelson Peralta (BE) [039](#)

Vogal Pedro Pires da Rosa (PS) [040](#)

Vogal Armando Vieira (PPD/PSD) [041](#)

Vogal Raúl Martins (PS) [42](#)

Vogal Armando Vieira (PPD/PSD) [43](#)

Vogal Jorge Nascimento (CDS/PP) [44](#)



Vogal António Regala (PCP) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta: [45](#)

*“Esta Assembleia está a enfermar de ilegalidade. Independentemente de estar a votar uma matéria cujos documentos não consubstanciam aquilo que se vai votar, ainda temos agora o artigo 31.º do regimento que está a ser adulterado sistematicamente, o questionante para pôr a questão não tem três minutos, mas o respondente. Além disso, esta interrupção foi feita sem a permissão da Mesa. Muito Obrigado.”*

Vogal Armando Vieira (PPD/PSD) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta: [46](#)

*“Senhor Presidente, eu faço uma vez mais um apelo à elevação nesta Assembleia Municipal. Aproveitando a presença dos trabalhadores dos SMA, Aveiro é capital de distrito. Tem de ser em certa medida um farol. E esta assembleia que sempre foi uma referência do debate político, deixou-nos agora um homem, o Dr. Candal, de saudosa memória já hoje, que era um homem que na sua virulência até, mas que tinha uma elegância no debate político, que nós deveríamos seguir, porque o nosso país tem os olhos postos em nós. Somos capital de distrito, de um distrito importante. E temos de estar à altura desta situação. É isto que eu quero dizer.”*

### Da Câmara Municipal

Vereador Pedro Ferreira: [47](#)

*“Senhor Presidente em Exercício da Assembleia, Senhores deputados, Senhores trabalhadores dos Serviços Municipalizados, antes mais cumprimentá-los, agradecer a vossa vinda aqui e dentro do possível (sei que é difícil) que estejam a ser esclarecidos nas dúvidas que tenham.*

*Vou responder a algumas questões e responder a algumas inverdades que foram aqui ditas por alguns senhores deputados.*

*Senhor deputado António Regala, com a elevação que o caracterizou, transmitir-lhe o seguinte: o documento que tem em sua posse relativamente à DELOITTE, não é o estudo feito pela DELOITTE nem é o estudo feito pelas Águas de Portugal, que consubstancia a parceria. É sim um resumo dos pontos mais importantes que nós a nível da comunidade intermunicipal solicitámos para ser feito a uma consultora. E como consultora que é, todos os comentários que teceu e que colocou no final, são obrigatórios e estão definidos em lei.*

*Mas respondendo exactamente às questões. “Onde estão no papel as garantias”? De não haver despedimentos está na lei. Lei essa que se consubstancia numa negociação individual com cada trabalhador. Essa lei foi aprovada recentemente com os votos do partido socialista na assembleia da república. Em segundo, as melhorias estão nas garantias, estão em duas coisas: uma a palavra do presidente da AdP, que foi dado e como o senhor referiu, mas também e quem tiver acesso às folhas salariais da empresa e como os trabalhadores saberão já houve transição de alguns de vocês para a SIMRIA, por isso sabem bem daquilo que estamos a falar.*

*Colocou a questão porque é que os municípios não podem ir sozinhos? Senhor deputado, é muito fácil. Esta questão foi considerada e foi descartada por uma razão muito simples. Os investimentos previstos por esta entidade, implicaria que qualquer um dos municípios ultrapassaria a lei de endividamento local.*

*Quando fez a comparação com o TGV permita-me que o corrija. O Investimento público no TGV iria ser feito pelo Estado através dos impostos dos portugueses e iria decorrer durante muitos anos.*

*Aquilo que se pretende e que está afirmado nesta parceria é estabelecer uma empresa que seja sustentável e que não afecte o erário público, muito menos o municipal.*

*Senhor deputado Nelson Peralta. Permita-me que o trate por senhor deputado, apesar da sua consideração à Câmara ou a qualquer deputado nesta assembleia seja muito inferior àquela que lhe estamos a dar.*

*Numa passada reunião disse que o senhor era nefasto para a democracia. Corrijo esse substantivo. O senhor todos os dias dá golpadas na democracia quando coloca em cima da mesa argumentos de validade muito duvidosa e muitos com base em mentiras.*

*O senhor deputado disse que estávamos a delapidar o interesse público. Relembro-lhe a cláusula quatro artigo 1 do contrato parceria entre o Estado Português e os municípios da região de Aveiro.*

*A parceria tem por objectivo garantir a qualidade e continuidade e eficiência dos serviços públicos de águas no sentido da saúde pública, do bem estar das populações, da protecção do ambiente e da sustentabilidade económico/financeira do sector, contribuindo ainda para o desenvolvimento regional e ordenamento do território.*

*Quanto aos objectivos públicos da parceria estamos esclarecidos. Quanto à afirmação se era possível ou não garantir a privatização desta entidade, para os próximos 50 anos o senhor deputado já respondeu ao responder que apenas poderá ser alienado 49%. Tal, garante, desde já, a maioria pública por muito que qualquer AdP ou o Estado Português que é com quem estamos a fazer a parceria possa privatizar. Repito, nos próximos 50 anos, garantimos que a maioria do capital desta empresa será pública e portanto a água será pública.*

*Senhor deputado Pires da Rosa, não percebi quando diz “estamos a por em causa o património”. Em todo este processo onde é que estamos a por em causa o património do município de Aveiro? Parece-me sim que estamos a garantir que nos próximos anos, nomeadamente nos 50 anos, temos o património a funcionar em pleno.*

*Transmitir-lhe apenas este comentário. Nesta Assembleia da coligação faltam três pessoas, por isso dizer que falta metade acho que é abusivo da sua parte. Estamos 22 dos 25 membros da coligação. Eu não era para falar nisto, mas uma vez que foi colocado por si, pessoa por quem tenho alguma estima, mas tenho aprendido que nesta Assembleia as suas palavras não representam aquilo que pensa, mas aquilo que outros pensam, deixe-me transmitir-lhe isto: até porque soube por outras pessoas e por outras instituições, aquilo que falou em relação a lugares e àquilo que têm dito à boca pequena. Senhor deputado, eu não estou interessado em qualquer lugar desta instituição. Eu tenho um emprego. Quando acabar as minhas funções autárquicas regresso ao meu emprego. O senhor se calhar está a transmitir alguma dor de cotovelo que alguns camaradas seus tiveram aquando do processo SIMRIA, em que o senhor Presidente da Câmara preferiu colocar outras pessoas além delas.*

*Tenho muita pena que o Partido Socialista continue a falar de determinada forma.*

*Senhor deputado João Barbosa, deixe-me transmitir-lhe o seguinte: como legítimo representante e em defesa das populações da Vera Cruz, faço-lhe o desafio de dar um passo em frente e votar a favor deste processo, porque mais que qualquer outra freguesia vai garantir investimento na Vera Cruz, freguesia na qual temos os maiores problemas de perdas de água, e onde inclusivamente a rede de saneamento e águas pluviais são em comum e é necessário serem substituídas.*

*Desafio-o então em dar esse passo em frente.*

*Quanto a uma questão aqui levantada, em interpelação ao deputado Armando Vieira, eu gostava de esclarecer. O senhor deputado Pires da Rosa colocou a situação dos trabalhadores porque a empresa só precisa de duzentos e poucos. No estudo são claros a necessidade de trezentos e cinquenta. Dizer-lhe que eu transmiti isso à sua comissão política, aos seus representantes, quando pediram uma reunião com a administração eu coloquei isso aos sindicatos. Em muitos concelhos há pessoas que trabalham nestas áreas e noutras áreas, e que*

*vão continuar nas Câmaras. Não é o caso dos Serviços municipalizados de Aveiro, nem nos Serviços Municipalizados de Albergaria, nos quais no estudo inclui todos os funcionários.”*

Vice-Presidente Carlos Santos: [48](#)

*“Senhor Presidente da Mesa, senhores deputados. Três ou quatro ideias que surgiram neste debate e que eu gostaria de falar um pouco sobre elas. Toda a gente tem falado sobre os problemas dos trabalhadores. Nós também temos essa grande preocupação. Nós também sentimos muito isso. E tudo faremos para estar junto dos trabalhadores, para estar ao lado dos trabalhadores e tentar resolver o problema e tentar zelar pelas suas preocupações e pelas suas angústias. Temos tido várias reuniões com os trabalhadores e não temos fugido dos trabalhadores porque não há razão nenhuma para fugir-mos deles, porque este é um caso absolutamente normal e não tem nada de especial.*

*Há aqui um aspecto que eu achei delicioso neste debate, que foi um dos senhores deputados, que falou muito bem de pé, e achei o discurso delicioso em relação à ausência do CDS e à importância do CDS. Eu gostaria de dizer que consideramos muito o CDS em Aveiro. E dizer que o CDS nas últimas eleições teve uma grande votação. E que as sondagens se enganaram ainda recentemente porque teve uma grande votação. E foi bom porque se calhar nós PSD, será uma solução para projectos futuros; não sei, não nos compete a nós dizer.*

*Mas achei delicioso o namoro que aqui foi feito ao voto do CDS. Que para nós também é muito importante, nunca tivemos dúvidas sobre ele. Dizer-vos uma coisa que eu achei espantosa que foi o crime que o presidente das AdP cometeu ao vir um texto seu na imprensa! De facto, é um puxão de orelhas, é de uma violência tremenda, o governo que temos não interfere em nada. Não interfere na comunicação social, não interfere em nada.*

*Mas de facto a entrevista é preocupante. É preocupante quando ele diz que seria lamentável que este projecto não avançasse por causa dos autarcas do PS. É evidente que é ingrato dizer isto, mas foi isto que foi dito.*

*Foi dito aqui que esta peça era uma vergonha. Eu pessoalmente acho, se fosse trabalhador dos SMAS, entendia isto como um assumir de responsabilidades do presidente das AdP para com cada um dos trabalhadores dos SMAS. Eu acho que ele aqui dá uma garantia clara às pessoas. Eu acho que futuramente qualquer trabalhador pode dizer: “disse nos jornais e eu tenho aqui”. Eu acho que isto pode ser uma garantia para qualquer um dos trabalhadores.*

*Foram também aqui utilizadas palavras de aterrador, e de hecatombe. Que isto era uma hecatombe, e que isto era um cenário absolutamente aterrador. Meus senhores, eu também tenho de dizer-vos uma coisa: há pessoas que fazem um caminho para uma verdadeira hecatombe!? E agora permitam-me o desabafo de uma pessoa tranquila e que não tem grandes receios de vos dizer o seguinte: eu acho seria absolutamente aterrador... bem, eu fico-me por aqui. O que seria aterrador era se acontecessem determinados cenários de alguém que tem feito um percurso de alguém só a dizer mal, só a destruir, só a dizer e apontar os defeitos e erros da coligação, dizer que é uma coligação que nada faz, que herdou uma situação financeira estável, que tem um desafio financeiro tremendo, portanto pode dar boas notícias constatemente aos aveirenses, quando na maior parte dos casos não tem meios para as dar porque não herdou nada para dar aos aveirenses. Era só”*

Presidente da Câmara: [49](#)

*“Com tantos milhões que aqui falámos realmente a questão pode-se colocar assim: então porque é que não concorre o município sozinho? Porque, em reforço do que o Dr. Pedro Ferreira disse, é por questões de endividamento. Que são questões de legalidade incontornáveis para nós.*

*Como sabem em todas as obras realizadas onde há a compartição de fundos europeus há uma percentagem que tem de ser garantida pela entidade que realiza a obra. Ainda a última grande obra que foi feita na freguesia de Oliveirinha, com um custo aproximado de cinco milhões de euros, a comparticipação que foi possível garantir foi de cerca de dois milhões, quer dizer que já recentemente temos vindo a pagar os tais três milhões de euros que era a tal parte nacional. Portanto, porque não apenas os municípios neste processo, porque é preciso garantir muito dinheiro para que as obras se realizem da nossa parte.*

*Quanto à data que aqui referi, que poderá haver um lapso na data do Eixo 2 da POVT/QREN, numa medida que cujo valor total é de 803 milhões de euros, eu referi as datas de 15/7 a 15/9, chegou outra informação de que pode ser até 30/9, eu dei essa informação porque de facto estive hoje com a gestora do POVT Dr.ª Helena Azevedo que me deu estas datas.*

*Quanto ao facto de que nós pagámos o nosso investimento e vamos ter de pagar o investimento dos outros; claro que não é verdade. Esta é uma forma demagógica de por a questão. Mas não vamos estar aqui a perder tempo a demonstrar que não é isso que se passa aqui assim. Mas até é uma falta de respeito com todo o respeito que devemos com os municípios vizinhos de Aveiro e que integram connosco esta grande região de Aveiro.*

*Foi aqui também dito que a partir de 2013 (como sabem é a data do fim do QREN) ninguém sabe o que vai acontecer. Pois essa é mais uma fonte de preocupação. A partir de 2013, nos 45 anos que ainda vão faltar até completar esta parceria, não havendo novo QREN, não havendo fundos comunitários, quem é que vai garantir o financiamento para continuar a desenvolver, serão os cidadãos?*

*Foi também aqui dito de forma brilhante, como é habitual, pelo Nelson “Élio disse, negociação com os trabalhadores é individual”. E depois concluiu “esta é uma forma de Élio Maia desprestigiar os trabalhadores.” Eu digo: é exactamente o contrário. Posso estar enganado, mas a expressão máxima do respeito que nós podemos ter com uma pessoa é deixar à pessoa a decisão que ela deve tomar. A não ser que queiramos nós tomar a decisão por essa pessoa. Aí sim, penso que era faltar ao respeito às pessoas. Neste caso, nós deixamos a cada trabalhador individualmente a decisão que diz respeito a si e à sua vida e à sua família. Penso que esta é a forma de respeitar as pessoas.*

*“Nestes 50 anos a água da região de Aveiro não é privatizada”. Pode ficar com essa garantia e com essa certeza Nelson.*

*Foi feita aqui também uma pergunta interessante e até esclarecedora. Mas o município vai ser ressarcido de quê, se não vendeu nada? É verdade que não vendemos nada. Mas isto demonstra a capacidade de negociação que os municípios tiveram neste processo. Neste processo, os municípios sem terem vendido nada, vão ser ressarcidos dos investimentos que já foram feitos, vão garantir o investimento de 52 milhões e meio de euros para renovar toda a rede, vão garantir que não haja aqueles aumentos abruptos que já aconteceram no passado no recente, como não só vamos impedir a privatização do serviços, não só garantimos a convergência dos tarifários sociais, como garantimos que ao fim de 50 anos tudo o que for feito, toda a rede existente passará novamente para o município.*

*Foi também aqui dito que o tarifário vai passar para o dobro. Bom, eu não sei se os números que aqui foram transmitidos foram entendidos. A tarifa média hoje é de 2,65€, a tarifa em 2014 é de 2,86€, isto em qualquer parte do mundo é de 0,21% que dividido por cinco anos é de 0.04%. Daqui, concluir que é para o dobro — penso que é desinformação.*

*Renovar aqui o sentido de solidariedade que tem o Senhor Armando Vieira, e pode acreditar que os trabalhadores não são prejudicados. Não são prejudicados. Podemos estar a ver mal, mas a nossa perspectiva os trabalhadores não têm nada a perder neste processo e só podem ter a ganhar. E não tem nada a perder porque por decisão do próprio trabalhador ele continua exactamente como está. Com os mesmos direitos, com as mesmas regalias. Portanto no mínimo*

*o pior que lhe pode acontecer é ficar como está, não perde. Mas com este processo pode ganhar, porque lhe vai ser feita uma proposta dizendo-lhe assim: quer ir para aqui nestas condições ou quer manter o vínculo ao município — e a pessoa discute. Portanto, pior não penso que seja. Estou convencido que se os trabalhadores encontrarem uma proposta que seja melhor irão aceitar. Portanto na nossa perspectiva não piora, só pode é melhorar. Quem defende, ou diz defender intransigentemente os trabalhadores não se pode limitar a dizer assim: continua conforme estás nesse rame, rame, a fazer o mesmo trabalho toda a vida sem haver alternativa nenhuma. Quem defende os trabalhadores deve dizer assim: se quiseres continuar, podes continuar, mas se não quiseres tens aqui uma oportunidade que pode ser melhor para ti, analisa, decide — isto é que é respeitar os trabalhadores. Neste processo quem decide é o trabalhador. É ele que tem a decisão em relação a este processo é o trabalhador. É ele que tem a decisão em relação a este processo.*

*Dizer-vos que já aconteceu um processo análogo a este acerca de trinta ou quarenta anos com a rede eléctrica. Como sabem a rede eléctrica entregue aos municípios, aqui em Aveiro eram também os Serviços que detinham a distribuição. E na altura pôs-se a aquela questão de caminhar no sentido de alguma concentração. Criaram-se naquela altura muitos medos, muitos receios, compreensíveis, perfeitamente respeitáveis. Eu penso que 40 anos depois, permite-nos olhar para este percurso, fazer a análise e perguntar assim. Se há 40 anos a rede eléctrica ainda continuasse a ser tratada por cada capelinha a ser tratada, será que tínhamos a qualidade da rede eléctrica que temos hoje no país? E os salários seriam os mesmos que têm hoje na EDP? Dizer também isto em termos finais. Como soubemos hoje através da comunicação social, esta é uma proposta do governo PS. Estranho muito que o governo PS esteja a avançar com propostas que sejam maus para as regiões do país! Estranho muito que isso possa acontecer. E o PS local tem a faca e o queijo na mão. Pode exercer a sua influência política de forma que seja anulada a lei publicada apenas dois meses que corporiza e legaliza a realidade deste processo. E finalmente, que o Ministro numa fase final não aprove esta parceria para que não ande o PS a legalizar uma coisa contra qual o próprio PS em Aveiro é contra.*

*Por último reafirmar uma coisa que me parece importante que é isto. O artigo 3.º do Dec-Lei 90/2009, que regula este processo aponta aqui os objectivos fundamentais destas parcerias. Garantia da universalidade, da igualdade no acesso, da qualidade do serviço, da transparência na prestação de serviços, na protecção dos interesses dos utentes, na solidariedade económica e social, da protecção da saúde pública, do ambiente, e do ordenamento do território. Estes são os objectivos do diploma e estes são também os nossos objectivos neste processo.”*

Presidente da Mesa Exercício [50](#)

*“Alguns dos senhores pretende ainda usar da palavra? Dentro daqueles que estão inscritos.”*

### Membros da Assembleia

Vogal Raúl Martins (PS) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta: [051](#)

*“Eu gostaria de ter a certeza, de quem tem a certeza, que daqui a 50 anos a água não é privatizada, que para o ano a AdP pode cumprir as suas promessas, ou quem está á frente de AdP não possa seguir outros rumos. Agora, outra das coisas que foi dita aqui pelo Senhor Presidente, e que eu gostaria que me explicasse melhor era o seguinte. O Senhor Presidente diz “nós não vendemos nada”, estamos a conseguir muita coisa porque estamos a ser ressarcidos e não estamos a dar nada. Oh senhor Presidente, o senhor está a dar no dia seguinte ao contrato 38 mil contadores; o senhor está a dar no dia a seguir 2 milhões de euros*

*de lucros por ano, esse é o problema. O Senhor Presidente deve pensar que Aveiro é dos que já está a facturar no máximo.*

*Nós não temos posição hermética sobre este assunto, pelo contrário. Até gostaríamos que elas tivessem uma maior profundidade em termos municipais. Agora, não podemos é ter no processo uma posição passiva, deixar que sejam outras pessoas que conduzam os interesses de Aveiro — e que obviamente o fazem não no interesse de Aveiro, mas nos interesses delas.*

*Aveiro, neste processo, com tantos problemas para resolver, agachou-se completamente!*

*Isto é claro como isto: esta parceria não se faz sem Aveiro; e Aveiro não conseguiu impor nada!*

*O Senhor Presidente fala da tarifa média actual e da tarifa média futura. O Senhor é capaz de me dizer como é calculada a tarifa média actual? Diga-me. Não sabe. Como é que se calcula a tarifa média actual: é de acordo com aquilo que estamos a pagar. Nós temos contadores, gastamos água, pagamos água, todos temos a nossa factura. Quanto é que dá por metro cúbico? Já fizeram as contas? Em minha casa dá cerca de dois euros — aqui diz que dá dois sessenta oito; então não é aumento!? Como é isso da tarifa média para os aveirenses.*

*Agora, os trabalhadores. Nós não somos contra estas parcerias, mas agora diga-me uma coisa: qual foi a posição do Presidente da CIRA e dos municípios vizinhos quando Aveiro quis resolver o problema dos transportes? Não quiseram. O senhor tinha agora oportunidade. Em que é que ficamos. Os outros só se interessam em parcerias quando as parcerias são para resolver os problemas deles? Então e os nossos? E como é que vai conjugar isto tudo? Como é que se vai conjugar com o Carvoeiro, com a SIMRIA, como é que se vai conjugar isto tudo. Até mesmo com a própria ERSUC, porque não! Como é que tudo isto se vai conjugar. É que há municípios que estão numas associações mas não estão noutras. Toda a gente sabe, por exemplo, que houve mais uma empresa que aderiu à SIMRIA (Cantanhede), o que é que isso provocou; o aumento do custo marginal. O aumento do custo para Aveiro. Lá está Aveiro a pagar mais (ouvem-se vozes), só uma nota. É que cada vez que nós estamos nestas coisas todas da solidariedade a factura calha-nos sempre a nós. Quando é alguma coisa para nós, os transportes por exemplo, não nenhuma ajuda dos outros municípios. Por quê? Porque Aveiro perdeu liderança e está a vogar ao sabor das ondas. De facto quem é o patrão destas coisas todas é o senhor Eng. Ribau Esteves.”*

Vogal Pedro Pires da Rosa (PS) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta: [052](#)

*“O senhor Vereador disse agora aqui uma coisa que me surpreendeu bastante! Falou de outro estudo!? Um outro estudo que previa não sei o quê... pergunto, qual é esse outro estudo? E por que é que não o temos, por que é que não foi distribuído? O senhor falou dum estudo que alicerçou tudo isto. Que fundamentou o regulamento e os estatutos da parceria. Explique lá onde está esse estudo e por que nós não o temos? Como é que eu posso estar aqui a fazer uma votação um concessionário, alieno, o que se quiser, em que durante 50 anos o município vai perder autonomia sobre a sua água e saneamento. E 50 anos, eu já não vou viver 50 anos. Eu nunca estive (e já faço parte da assembleia alguns anos) numa votação tão decisiva para o futuro do concelho como esta. Esta é uma preocupação que todos devemos ter. E depois fala o Eng. Carlos Santos na entrevista que deu o presidente da AdP, que até foi nomeado pelo meu partido. Se estivesse aqui o Dr. Candal diria “parabéns à prima”. O certo é que ele pode não estar lá a breve prazo. E depois os trabalhadores ficam com a entrevistinha, mas não tem lá o presidente para pedir responsabilidades.*

*O que o PS pensa nesta matéria, não o faz de forma hermética. Esta possibilidade que nós temos aqui e toda a gente sempre fez o discurso de que o executivo socialista tinha deixado uma situação financeira difícil e deixou, mas também deixou activo. E o PS ponderava, se se*

*tivesse feito o negócio, pondo os trabalhadores à cabeça, e pondo por escrito, as garantias dos seus direitos — porque não é a mesma coisa que o Senhor Presidente diz aqui. Porque se pensarmos no valor do negócio, de lucro anual de 2 milhões, chegamos aos 100 milhões — que daria para liquidar por exemplo para liquidar a maioria da dívida do município. Mas o que é certo é que ainda não ouvi aqui dizer quanto é que isto nos vai render. E o calculo é feito às taxas de agora, porque daqui a 5 anos isto está duplicado, fatalmente. Essa é que é a questão. Por isso, o negócio é muito mais rentável do que isto. Nós podíamos ter feito, se tivéssemos tido essa perspectiva de resolver quer o problema da autarquia quer o problema da água, fazer e garantir o interesse das populações de Aveiro a sério e sobretudo ter negociado e pondo por escrito todos os direitos dos trabalhadores. E se calhar eles até ido nisso, não sei. Agora, vir aqui dizer que há uma negociação de três anos e apresentar aqui isto de chofre, sem uma única palavra, como diz, sendo a pedra angular, de todo este processo, parece-me precipitado, parece-me um mau motivo. E devo dizer senhor Presidente, o PS se fosse hipócrita teria vindo aqui fazer o voto de abstinência e deixar a coisa prosseguir. Porque isto é claramente uma medida que o vai prejudicar nas eleições. Os preços das tarifas vão aumentar, o senhor criou um problema com os trabalhadores dos serviços e portanto isto é uma coisa que não boa para si do ponto de vista eleitoral. Mas nós não vamos nessa moda e não aceitamos que as cláusulas de parcerias depois de assinadas, que são “leoninas”, vão dar muito trabalho ao PS quando chegar à Câmara em Outubro para sair daí. Porque isso sim vai ser um grande custo que vai ficar associado a si e eu não queria isso porque isto lesa muito Aveiro.”*

Vogal António Regala (PCP) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta: [053](#)

*“Muito obrigado Senhor Presidente. Voltando a insistir na ilegalidade do que estamos a apreciar, diz o senhor presidente que se tratava de um negócio inovador! Inovador, mas não sustentado. Inovador apenas nesta perspectiva ligeira de que tudo o que aparece é inovador, e que depois eventualmente poderá dar maus resultados. Temos muitos exemplos. Temos até o exemplo de uma grande empresa como era a Quimonda de tão inovadora que era deu o resultado que toda a gente sabe. Depois diz que não é uma venda, não é uma alienação, não é uma privatização. Não, de facto não é uma venda, será uma alienação por 50 anos!? Mas é também uma alienação da gestão do município, e do esforço do construído já feito pelo município e pelos munícipes a uma empresa que é formada com capital de 51% para a AdP e 49% de dez municípios.*

*AdP é efectivamente uma empresa estatal neste momento. Mas disse que há 30 anos houve uma situação idêntica com a electricidade. É verdade, mas a EDP o que é hoje? Os serviços municipalizados que faziam a distribuição de energia há trinta anos foram todos englobados na EDP, uma empresa que era do estado. E as Águas de Portugal continuarão amanhã a ser do Estado? Qual é a garantia que me pode dar que esta parceria não pode ser privatizada.*

*Depois o estudo. Efectivamente foi ai dito que há outro estudo, mas efectivamente o que temos e o da DELOITTE, que não é um estudo assumido. E não é porque lá está referido isso.*

*Depois há aqui uma outra questão que foi referida. O ponto 3 do Dec-Lei 90/2009 de 19 de Abril, que refere a garantia de universalidade, de igualdade no acesso, no estudo da DELOITTE o que refere é que o objectivo é garantir a sustentabilidade económico/financeira do sector. Então que raio de contradição é esta? Onde está a universalidade apregoada.*

*Depois os trabalhadores. Os trabalhadores vão ter aumentos salariais, garantia de emprego — vão ter tudo. O que era bonita era que se dissesse que não havia garantias ou que iriam ser prejudicados! Ah caramba, nem o Partido Comunista os conseguiria unir tanto. Nesta altura é*

*obvio que se tem de dizer que vão ser beneficiados. Mas qual é a assinatura que garanta aos trabalhadores que de facto podem melhorar as suas condições.*

*Depois, diz-se negocea-se com o trabalhador, ele tem sempre opção! Pois é, ó meu caro amigo quer ir para a empresa, não quer! Sim senhora, fica aqui, mas a gente sabe para onde é que ele vai. Vai para a prateleira, é óbvio. Qual é a dignidade de um trabalhador nestas circunstâncias. Nós sabemos muito bem qual é a parte mais fraca nesta situação.*

*Vou acabar dizendo isto. Se tudo é tão bom, porque é que estando isto já em discussão há 3 anos, embora só tenha saído legislação agora, só agora é colocado e não têm coragem de fazer a discussão pública desta matéria com os municípios de Aveiro!?”*

Vogal Nelson Peralta (BE) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta: [054](#)

*“ Eu começava pelos trabalhadores. Eu julgo que os trabalhadores hoje vão para casa, a fazer fé nas afirmações que aqui foram feitas, que acabaram de ouvir, que ganharam o Euromilhões. Vão ter aumentos extraordinários e tudo mais.*

*Mas queria alertar aqui a posição individual. É que a negociação individual só enfraquece a posição do trabalhador. A Câmara terá a faca e o queijo na mão. Há um balanço de forças desigual e tal como o António Regala acabou de dizer, os trabalhadores podem decidir de dois cenários, mas dois cenários pintados pela Câmara. Só o facto de isto prever a negociação individual já quer dizer alguma coisa.*

*De facto o caso da EDP é ilustrativo do que este negócio das Águas pode ser. Com a diferença de que todos nós precisamos de água para sobreviver.*

*A EDP era uma empresa pública que passou a ser mercantilizada, que tem lucro à custa de tarifas altas, e que depois distribui em ganhos bolsistas por alguns. Os lucros são distribuídos por alguns, mas é à custa de todos nós. Com as águas certamente será assim.*

*Depois no início o presidente Élio Maia, diz-nos que isto não é uma venda, não é alienação, não é privatização! Armando Vieira, diz-nos que é certo que os 49% vai ser alienado. Pedro Ferreira diz-nos também que 49% poderá ser privatizado. Afinal, em que ficamos?*

*É conhecido que o governo quer privatizar as águas. Portanto poderemos chamarmos uma concessão, uma alienação, o que quisermos, mas sabemos que 49% vão passar para as mãos dos privados. É isto que os estatutos prevêm, é isto que o contrato de gestão prevê — para além das declarações do Vereador Pedro Ferreira.*

*Hoje a Câmara dá todas as garantias aos trabalhadores, dá todas as garantias aos consumidores, dá todas as garantias à população. Mas quando estes 49% forem privados quem nos dá essas garantias. E que garantias tem Aveiro que não tem direito de voto em definir a políticas de gestão da água? É que esta parceria é feita por 50 anos.*

*Agora, uma outra questão. Se o município quiser sair desta parceria, se chegar à conclusão de arrependimento, da lágrima, ou de não ir jantar fora por esse arrependimento, se chegarmos a essa conclusão, quanto é que isso custa aos municípios. Porque as cláusulas são “leoninas”.*

*Vamos ter de pagar muito mais para sair do que aquilo que nos dão para entrar.*

*Gostava que me respondessem a estas questões.”*

### Da Câmara Municipal

Vereador Pedro Ferreira: [055](#)

*“Senhor Presidente, Senhores deputados, a questão da tarifa média é muito simples, é o valor da facturação a dividir pelo volume de metros cúbicos facturados.*

*Em relação às questões levantadas e também porque é que não avançamos com o processo dos transportes.*



*Eu julgo que não somos só nós PSD e CDS que defendemos as questões da inter-municipalidade, julgo que são questões transversais, até pelas vossas intervenções. Aquilo que nos parece é que, no primeiro processo em que realmente conseguimos fazer um processo intermunicipal entre todos, não podemos ser nós a boicotá-lo. E aquilo que me parece é que estamos a dar um paço no sentido certo da inter-municipalidade na região.*

*Quanto à questão dos transportes estamos também a estudar possíveis parcerias e como é sabido ao contrário da água neste processo já há privados. E se calhar temos já os Sindicatos a pensar que isto não é uma parceria pública como a que estamos a fazer na água; isto porque temos já privados. Portanto é um processo que estamos a liderar. Em princípio Aveiro tem esse papel dentro da CIRA nas questões da mobilidade e da política de cidades e portanto é algo que estamos a estudar.*

*Em relação às associações como Carvoeiro e a SIMRIA, que são as duas entidades externas fornecedoras ao sistema, pois bem, o Carvoeiro está também num processo final de candidatura para avançar com a expansão para os municípios de Vagos, Oliveira do Bairro e restante área de Águeda. Em relação à SIMRIA é de facto um processo que começou mal, mas não começou connosco. Tem vindo a ser trabalhado para ter maior sustentabilidade e julgo que a partir do próximo ano entrará num processo sustentável para o futuro em termos até de tarifas.*

*Deputado Pires da Rosa, é assim: aquilo que dissemos e o presidente das águas de Portugal transmitiu são consubstanciadas com o que se passa do grupo AdP, nomeadamente a política salarial que é conhecida. Quando se diz, o presidente da AdP em Outubro não está lá! Eu com está entrevista hoje não sei se o PS o querará manter lá, mas isso logo se vê. Mas não me parece que seja com uma pessoa que a política de um grupo, ainda por cima estatal, possa mudar.*

*Quanto à questão que a partir de 2020 possa ser mais rentável. Senhor deputado eu tenho alguma dificuldade em antever-mos isso. Mas posso dizer-lhe se for mais rentável então mais uma lógica para dizer que este foi um bom processo para Aveiro. Porque Aveiro terá 17% desta nova empresa e portanto se houver maior rentabilidade com certeza que o município de Aveiro também ganha com isso.*

*Agora, as pessoas não podem atirar as coisas para o ar e depois ver onde é que caíem. Disse que tem cláusulas “leoninas”. Ou concretiza quais são as cláusulas leoninas porque nós temos alguma confiança em quem fez o processo. O senhor não concretiza! Estamos a falar de cláusulas de um contrato, portanto mais uma vez ficamos por aí.*

*Senhor deputado António Regala a sustentabilidade da situação económico/financeira. Senhor deputado isso foi aceite por 27 estados membros da União Europeia, está na directiva da água. Portugal não cumpre neste momento a directiva da água e pode sofrer grandes sanções. Quando se coloca lá sustentabilidade financeira uma garantia que foi aprovada por larga maioria em 2005 no Parlamento Europeu.*

### Membros da Assembleia

Vogal Pedro Pires da Rosa (PS) - Nos termos do artigo 30.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta: [056](#)

*“Senhor Presidente, isto não é propriamente uma palhaçada, isto tem regras. E eu pedi a palavra para uma interpelação à Mesa e isso é prioritário do ponto de vista regimental. Se V. Exa. quer desrespeitar a lei...*

*A interpretação é a seguinte: foi feita uma menção clara pelo executivo municipal (e eu fiz a questão e não obtive esclarecimento), ou seja, foi implicitamente aceite que existe um estudo diferente daquele que os deputados receberam, que sustenta a deliberação para que os deputados aqui estamos hoje, e eu faço a interpelação à Mesa neste sentido: se a Mesa*

*considera estarem reunidos todos os pressupostos legais para fazermos esta votação hoje, porque faltam claramente documentos aqui aduzidos pelo executivo e que não nos foram fornecidos a nós. Pelo que, em consciência e do ponto de vista legal os deputados não puderam formar a sua deliberação com todos os documentos para a sua sustentação. E de faço a pergunta à Mesa para que a Mesa esclareça e me garanta de que estamos aqui a deliberar tudo para que no futuro possa ser legal aquilo que estamos aqui a deliberar.”*

Presidente da Mesa em Exercício: [057](#)

*“Estão reunidas as condições e vamos já à votação.”*

**Continuando, colocou à votação o ponto 2 - Parceria Pública entre o Estado Português e o conjunto dos municípios de Águeda, Albergaria-a-Velha, Aveiro, Estarreja, Ílhavo, Murtosa, Oliveira do Bairro, Ovar, Vagos e Sever do Vouga, sendo o mesmo aprovado por maioria com vinte dois votos a favor (PSD18+CDS4) e dezasseis votos contra (PS14+BE1+PCP1).**

Seguiram-se as declarações de voto dos seguintes vogais:

Vogal Manuel António Coimbra (PSD): [058](#)

*“A bancada do PSD da Assembleia Municipal de Aveiro, votou a favor desta proposta de Parceria pública entre o Estado Português e o conjunto de 10 municípios da região de Aveiro, porque estamos convictos que tal será bom para os munícipes, para o município e para os trabalhadores. Esta é uma Parceria congregadora dos interesses da região de Aveiro, num processo inovador, que permitirá as convergências das tarifas de água e de saneamento entre concelhos vizinhos e que no caso do concelho de Aveiro não se traduzirá em aumentos de preços e que trará melhorias na prestação destes serviços dado o alargamento da sua escala. Com esta parceria pública, nenhum trabalhador passará para a empresa sem o seu envolvimento e consentimento. Esta é uma parceria com muitas entidades envolvidas onde não há imputação de custos para o município, não há oneração em relação às gerações futuras. Não se trata de venda, privatização ou alienação, tem como o objectivo a prossecução do serviço público e por isso é uma parceria de futuro para Aveiro. Muito obrigado.”*

Vogal Jorge Nascimento (CDS/PP): [059](#)

*“A bancada do CDS/PP votou a favor esta proposta de parceria entre o Estado Português e os municípios que sejam envolvidos na mesma porque está convencido que a negociação foi bem efectuada. Ponderou os interesses dos munícipes e dos municípios envolvidos na negociação e que daí, por se tratar de um maior alargamento, daí resulta uma economia de escala que por certo trará melhores benefícios ao equipamento e menores de custos de utilização individuais por cada munícipe e seguramente uma melhor relação entre o benefício e o custo. Votou a favor porque não partilha das opiniões de “velhos do Restelo” para os quais a novidade sempre causa estorvo, e não é seguramente a posição da bancada do CDS/PP. Estamos em crer que, também daí não resultarão prejuízos, bem pelo contrário resultarão benefícios para os trabalhadores. Porque eu penso que os trabalhadores só se sentirão bem numa organização onde se sintam úteis. E se porventura esta organização, porque traz economia de escala, e necessariamente ou porventura faça redução dos quadros, hão-de ser encontradas soluções para que os trabalhadores sejam tratados com a dignidade que merecem. Obrigado.”*

Vogal Nelson Peralta (BE): [060](#)

*“Antes de fazer a declaração de voto gostava que a Mesa esclarecesse o que é que nós acabamos de votar? O Bloco de Esquerda votou contra este negócio, uma vez que o considera lesivo para os trabalhadores, para Aveiro, e para os aveirenses e para as suas finanças. Consideramos que este negócio é uma golpada na democracia, dado ter andado a ser negociado há três anos, foi feito nas costas da população, dos trabalhadores e da oposição. E acima de tudo porque retira ao cidadão as decisões sobre um bem fundamental à vida. Uma decisão desta importância e porque compromete Aveiro por 50 anos, não pode ser concretizada neste secretismo, sem participação da população e dos trabalhadores e sem mandato popular nesse sentido.*

*O Bloco Esquerda votou ainda contra, porque este negócio é a abertura à privatização e à mercantilização da água. É a porta de entrada da distribuição de dividendos e do lucro à custa da venda da água e do serviço público. O Bloco de Esquerda declara ainda que não foi esclarecido sobre os custos de saída desta parceria. E o Bloco de Esquerda declara ainda que os termos da votação são bastante claros: acabamos de votar uma deliberação que envolve os 10 municípios, uma parceria com 10 municípios. Logo, consideramos que não tem validade e não tem legitimidade democrática caso se verifique que é uma parceria de apenas 8 municípios e não os 10 municípios como foi aqui votado.”*

Vogal António Regala (PCP): [061](#)

*“Foram aqui bastante explicadas as razões porque votámos contra. E votámos contra porque este negócio, porque é de um negócio que se trata, indicia um prejuízo elevado para o município, indicia a lapidação da coisa pública no município, indicia um prejuízo grande para os trabalhadores, em nada de bom este negócio aponta.*

*Para finalizar, esta votação carece de legalidade porque votámos uma parceria de oito concelhos, quando o que está na ordem de trabalhos é uma parceria com dez concelhos. Por isso mesmo iremos analisar da legalidade desta situação e possibilidade de algum procedimento a esse respeito.”*

Vogal Raúl Martins (PS): [062](#)

*“Hoje é um dia triste para Aveiro. É um dia em que vimos delapidar parte do património municipal que tanto nos custou (a todos os aveirenses) a criar. É um dia em que se praticou mais um acto de lesa Aveiro. Votámos negativamente um negócio que não foi bem explicado pelo executivo, que pretensamente envolve dez concelhos, no dia em que sabemos que só oito estão disponíveis para assumir esse compromisso. E obviamente que aqui deixamos expressamente o aviso ao senhor Presidente, que não ouse subscrever uma parceria com um número de concelhos diferente daquele que foi aqui votado.*

*Também do ponto de vista legal temos algumas questões que iremos estudar em pormenor, mas nomeadamente aquelas que resultam de terem sido songadas a esta assembleia parte dos documentos nomeadamente dos estudos que informaram toda esta decisão, com a conivência da Mesa, e também pelo facto dos participantes desta Parceria não estarem devidamente descritos. De existirem documentos que foram distribuídos noutras assembleias municipais e que aqui não foram distribuídos. Isto é, há um documento em que é redistribuída a parte de Ovar, mas que não foi aqui feito, não foi aqui apresentado. E por isso tudo, nós no momento oportuno e nos locais próprios iremos decidir acerca desta situação.”*

Vogal Casimiro Calafate (PSD): <sup>063</sup>

*“Votei a favor desta proposta acreditando no bom-senso da Lei que promove esta parceria e do executivo da Câmara, na modernização da comunidade aveirense. Obrigado”*

De seguida o presidente da Mesa em exercício<sup>064</sup>, nos termos do artigo 92.º da Lei 169/99 de 18 de Setembro, na redacção dada pela Lei 5-A/2002 de 11 de Janeiro, colocou à deliberação do plenário a aprovação em minuta da acta respeitante a esta reunião, não se verificando oposição. Depois de lida a acta em minuta foi colocada à discussão, não se verificando intervenções. Submetida à votação foi a mesma aprovada por unanimidade, cujo texto se anexa, fazendo parte integrante da presente acta.

Não se verificando mais intervenções, o Presidente da Mesa em exercício<sup>065</sup>, deu por encerrada a Sessão Extraordinária, iniciada na reunião realizada em 26 de Junho e continuada nesta reunião.

Eram 01:00 horas do dia 02 de Julho de 2009.

Para constar e devidos efeitos se lavrou a presente acta, que tem como suporte gravação digital de tudo quanto ocorreu na respectiva reunião, nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 43.º do Regimento, e vai ser assinada pelo Presidente da Assembleia e por mim, Manuel Cartaxo, funcionário municipal destacado nos Serviços de Apoio à Assembleia Municipal, que a elaborei nos termos legais.

(4:30)